



Anais da Assembléia

Nº 143

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 133ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1981

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Gilberto Carvalho e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nadi, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Mário Celso, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, João Elísio, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Nestor Baptista (6), e, em licença, os Senhores Deputados Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 110/81

Curitiba, 05 de novembro de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo aditivo datado de 07 de outubro de 1981, ao Convênio celebrado em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e o Município de FÊNIX, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 111/81

Curitiba, 05 de novembro de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de termo aditivo datado de 20 de outubro de 1981, ao Convênio celebrado em 22 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná e o Município de SANTA MARIANA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 112/81

Curitiba, 05 de novembro de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 26 de março de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Castro, Centenário do Sul, Faxinal, Irati, Manoel Ribas, Nova Esperança, Palotina, Pirai do Sul, Pitanga, Reserva, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, Terra Rica e Toledo, objetivando ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MANUTENÇÃO DA REDE AEROPORTUÁRIA — PROAEROPORTO, no exercício de 1981.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 113/81

Curitiba, 05 de novembro de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MANUTENÇÃO DA REDE AEROPORTUÁRIA — PROAEROPORTO, no exercício de 1981.

MUNICÍPIO	DATA DE CELEBRAÇÃO
Bandeirantes	23/03/81
Cambará	23/03/81
Carlópolis	23/03/81
Cianorte	24/03/81
Cidade Gaúcha	24/03/81
Cruzeiro do Oeste	24/03/81
Dois Vizinhos	30/03/81

Pág. 02

Guaratuba	27/03/81
Iporã	24/03/81
Jaguariaíva	23/03/81
Nova Londrina	24/03/81
Peabiru	24/03/81
Ribeirão Claro	23/03/81
São João do Caiuá	24/03/81
Siqueira Campos	23/03/81
Wenceslau Braz	23/03/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 115/81

Curitiba, 06 de novembro de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos datados de 20 de outubro de 1981, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana:

MUNICÍPIO	DATA DO CONVÊNIO ADITADO
Assaí	12/08/81
Boa Esperança	22/06/81
Borrazópolis	22/06/81
Guairaçá	22/06/81
Flórida	22/06/81
Goio-Erê	22/06/81
Grandes Rios	26/06/81
Guairaçá	22/06/81
Guaporema	05/08/81
Indianópolis	22/06/81
Jandaia do Sul	22/06/81
Janiópolis	10/07/81
Japurá	22/06/81
Jataizinho	22/06/81
Jussara	22/06/81
Loanda	22/06/81
Lobato	22/06/81
Maria Helena	22/06/81
Mirador	22/06/81
Nova Aliança do Ivaí	23/07/81
Ourizona	22/06/81
Querência do Norte	22/06/81
Sabáudia	22/06/81
Santa Fé	22/06/81
Santo Antônio do Caiuá	22/06/81
São Carlos do Ivaí	22/06/81
São Jorge do Ivaí	22/06/81
Uniflor	22/06/81

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 116/81

Curitiba, 06 de novembro de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 20 de outubro de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de NOVA ESPERANÇA e SANTO INÁCIO, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 192/80, que cria o Município de São José — Santa Helena.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 37/80, que cria o Município de Maripá — Palotina.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se insira na Ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO TEÓFILO VIEIRA, ocorrido dia 15 do corrente em Piraquara, e que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUER, seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento em data de 16/11/81, do Sr. ALBINO FRANZ, pioneiro e fundador de Toledo, pessoa altamente relacionada e estimada pela comunidade toledana, merecedor de todo o conceito, deixando lacuna irreparável na sociedade de Toledo.

Requer, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, aos cuidados da Prefeitura de Toledo.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado à família Almeida Leite, da cidade de Jacarezinho, neste Estado, extemando votos de pesar

pelo falecimento do Senhor ANÉSIO DE ALMEIDA LEITE.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, se prende ao fato do Senhor Anésio de Almeida Leite, ser pioneiro na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, com o seu falecimento Jacarezinho, perde um batalhador, homem honesto dedicado à família; ex-Vereador, daquela cidade, e eminente político.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente — via telex — aos Excelentíssimos Senhores Ernane Galveas, DD. Ministro da Fazenda e Eliseu Rezende, DD. Ministro dos Transportes, manifestando protesto contra a elevação de noventa (90%) por cento da Taxa Rodoviária Única (TRU), para vigorar no próximo ano de 1982. O protesto ora formulado tem a justificá-lo o fato de que os aumentos constantes de impostos, taxas e tarifas, estão criando uma situação de desespero ao povo que já não mais suporta tão pesados gravames.

Convém lembrar que essa taxa, em 1980, foi elevada de 3% para 7%, não se justificando agora qualquer outra majoração que não seria mais do que uma forma de punir os proprietários de veículos e por último até praticar um confisco dos mesmos via oblíqua. Que se for esse o propósito então que se faça a tributação na fonte produtora ou então seja proibida a sua venda no mercado interno a fim de que não sejam lançados no mercado os veículos, para depois o povo ser atingido por essa voracidade fiscal.

Finalmente, esgotada que está a capacidade contributiva do povo brasileiro, cuja realidade as autoridades não podem ignorar, seja relevada salientar que não é hora de criar ou aumentar ônus fiscais, mas de fazer-se rigorosa contenção de despesas e realizar obras também rigorosamente prioritárias.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, data vênua, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Justiça, Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Ministro das Minas e Energia, Ministro dos Transportes, Ministro da Indústria e do Comércio, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Trânsito e ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, apelando no sentido do parcelamento da Taxa Rodoviária Única - TRU, em até três vezes, também para as taxas inferiores a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) VALDUGA

JUSTIFICATIVA:

Pretende o autor da presente propositura corrigir uma injustiça que se comete, neste momento tão difícil da conjuntura econômica, justamente contra as classes menos favorecidas. Realmente, quando se instituiu o parcelamento da Taxa Rodoviária Única, em até três vezes, procurou-se beneficiar o contribuinte, já então muito onerado por encargos sociais, previdenciários e fiscais, sem se falar no peso da manutenção do próprio veículo e no alto custo do investimento realizado na sua aquisição. É bom o espírito dessa norma. Entretanto, a imprensa nos deu a conhecer que esse benefício não será atribuído este ano, ao contribuinte cuja Taxa Rodoviária Única for inferior a

Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), obrigando-o a pagar de uma só vez.

Ora, não será difícil constatar nesse ato uma injustiça, pois, os contribuintes cuja TRU é inferior a cinco mil cruzeiros, representam a maior parcela do povo brasileiro, exatamente, as classes de menor poder aquisitivo e, portanto, as mais pobres.

Sobretudo, essas pessoas são aquelas que fazem do veículo um instrumento de trabalho, ferramenta para seu ganha pão diário. Deve-se considerar que a majoração do Seguro Obrigatório para dois mil cruzeiros, a ser pago também de uma só vez, agrava a economia desse contribuinte, porque eleva sua obrigação rodoviária para mais de sete mil cruzeiros. Além disso, tem sido penoso o acionamento de tais veículos que prestam serviços, já pelos constantes aumentos do preço dos combustíveis, já pelo alto custo da manutenção.

Diferenciar esse contribuinte, nesta hora tão difícil, reflete, na injustiça que se comete, uma profunda insensibilidade para com os problemas nacionais, afetos à economia doméstica, com lamentáveis consequências e danos para a imagem do Governo, que deve preservar, acima de tudo, o interesse e o dever constitucional de zelar e contribuir para a igualdade de todos perante a lei, para um confronto equânime dos direitos e deveres do cidadão, como premissa maior da democracia que todos aspiramos.

É, pois, de justiça, as medidas que estamos propondo e que julgamos, terão o apoio desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando a criação e implantação de uma Coordenadoria Regional do Instituto de Previdência do Estado - IPE, para o atendimento dos servidores públicos estaduais e seus dependentes, ali residentes, assim como, aos dos municípios circunvizinhos, conforme a justificativa.

Requer, outrossim, se dê ciência do presente ao Dr. Nelson Jorge, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, bem como, ao Senhor Prefeito Municipal e aos integrantes da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento experimentado por Foz do Iguaçu e regiões vizinhas, não só em decorrência de sua capacidade produtiva mas em especial pelo fluxo turístico que aumenta naquela região das Três Fronteiras; e ainda com a construção da Hidrelétrica de Itaipu e a criação de um parque fabril vinculado às obras de barragem, criou a necessidade de ampliação de serviços à população residente e flutuante, bem como a implantação de obras públicas para o atendimento de uma cidade que se aproxima dos 150 mil habitantes.

A obra de Itaipu, considerada como da maior importância para o aporte energético ao País, foi de uma parte fator de progresso da região, atraindo empresas, serviços e trabalhadores; de outro tem sido um desafio em termos de serviços públicos, que são objeto de crescente demanda da população.

Foz do Iguaçu, ademais, é um cartão de visita do Paraná e do Brasil, tendo importante papel no fluxo de recursos oriundos da exploração turística, o que exige a contrapartida de atendimento público mais amplo e perfeito. Existe uma carga ponderável de demanda sobre o serviço médico e hospitalar da região, que se transforma em sobrecarga durante a estação turística e essa demanda intensificada atinge também médicos e pessoal de saúde que atende aos serviços previdenciários.

Não tem sido pouco o que fez o Governo do Estado no

atendimento aos reclamos da população de Foz do Iguaçu, porém, é forçoso reconhecer que no contencioso em que o município foi convocado para além de portal de entrada turística ser o centro das obras de Itaipu aumentam as demandas populares, e o Paraná admite que existe uma problematização demográfica e ocupacional a ser minorada com medidas oficiais.

Também reconhece que, no fluxo turístico interno, adquire peso a aprovação pelo VIII Congresso Nacional de Institutos de Previdência Estadual da reciprocidade médico-assistencial trouxe novos encargos para o IPE do Paraná, obrigando ao aumento dos serviços e sua agilização.

Levando em consideração a expansão populacional de Foz do Iguaçu, sua produção e contribuição ao desenvolvimento do Estado. Considerando também as características especiais de cidade-polo turístico e, ainda, as projeções de serviços necessários para toda a região de que Foz do Iguaçu é capital. Considerando ainda que ali se encontram cerca de 5.000 servidores públicos estaduais e dependentes, distribuídos por atividades também em São Miguel do Iguaçu, Medianeira e Matelândia, assim como, dos recém-criados Municípios de Missal e Santa Terezinha; justifica-se a criação e implantação em Foz do Iguaçu de uma Coordenadoria Regional do IPE, a exemplo dos Municípios de Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, Londrina, Jacarezinho, União da Vitória, Francisco Beltrão e Pato Branco.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja o encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de um estabelecimento de ensino de segundo grau no período noturno, junto à Escola Sebastião Saporski, no Bairro do Abranches, nesta Capital.

Tal solicitação prende-se ao fato de que elevado número de jovens daquela comunidade e do vizinho Município de Almirante Tamandaré — que concluíram ou concluem a oitava série do primeiro grau — vem encontrando dificuldades inúmeras para prosseguir seus estudos.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas às formalidades regimentais, REQUER imediata intercessão do Estado (Governador), da Secretaria da Agricultura, do BADEP, da SUNAB, do Ministério da Agricultura, objetivando solucionar a angustiante situação dos produtores de leite do Oeste do Paraná, bem como haja total empenho para que se viabilize a industrialização do produto, via cooperativas integradas, mediante aquisição do parque industrial da empresa privada, presentemente em sérias dificuldades para cumprir com seus compromissos ante os produtores.

Requer envio de cópia à OCEPAR, e demais centrais cooperativistas do Estado.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam encaminhados ofícios às autoridades competentes, incluindo o Prefeito Municipal de Curitiba, pedindo que intervenham de forma a dar solução à questão social que aflorou com a ocupação de terras em Vila Formosa por posseiros sem moradia. E

que se encontre a solução que evite a violência e a expulsão das famílias que ocuparam as terras.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

Já expressa em pronunciamento no horário da Liderança.

Em tempo: as outras autoridades às quais devem ser enviados ofícios são: Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública, Secretário do Bem-Estar Social, Prefeito de Curitiba, Presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que adiante subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM nos termos do Art. 7.º, da Resolução n.º 17/67, de 11/10/67, a votação em plenário das emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 110/81 - ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO para o exercício de 1982, de n.ºs 01 a 38, publicadas no avulso do Diário da Assembléias, de 26/10/81 e rejeitadas pela Comissão de Orçamento.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

aa) MÁRIO CELSO

WALDYR PUGLIESI

TADEU LÚCIO MACHADO

GILBERTO AGIBERT FILHO

FIDELCINO TOLENTINO

ADALBERTO DAROS

LINEU TURRA

JOÃO ELÍSIO

NELTON FRIEDRICH

GERNOTE KIRINUS

NESTOR BAPTISTA

NILSO SGUAREZI

FIORI LUIZ

CARLOS ZANLORENZI

DARCY DEITOS

DENI SCHWARTZ

RENADO BERNARDI

JOSÉ TAVARES

EDILSON ALENCAR

TRAJANO BASTOS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 147/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTO INÁCIO", com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, não visa lucros e tem por finalidade dar proteção e assistência de modo geral à maternidade e à infância, visando a saúde, o bem-estar social e as necessidades da gestante e da criança. Através de palestras ou divulgação ou outros meios de propaganda a Associação, objeto do presente plano de lei, orienta a gestante e a criança sobre a higiene, educação e, principalmente, aos órfãos abandonados sujeitos ao vício e todas as formas de contravenções.

Assim sendo, apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, pois cumpre as exigências mínimas

da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, legislação reguladora da matéria enfocada, conforme documentação que anexamos.

PROJETO DE LEI N.º 148/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Sr. Presidente.

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Sr. Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A sociedade vive da ação dos seus membros e dos seus exemplos. Exemplos morais, éticos, profissionais e políticos. E tão importante quanto a ação que realizam é que a própria sociedade reflita sobre os seus bens materiais e espirituais, principalmente estes que dizem dos ideais de civilização e convivência que persegue a conquista.

Os atributos de atitude positiva, de iniciativas de sentido social, de probidade pessoal, de capacidade crítica construtiva e de agregação social em torno de atividades úteis devem ser exaltados porque além de expressarem o reconhecimento de toda a sociedade pelo que realizam os seus integrantes mais destacados de orientação para o conjunto social.

De longos anos a presença e a ação do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho tem merecido os maiores encômios e, especialmente nos últimos anos quando somou a sua atividade profissional de advogado e professor à função consciente de comunicador social, que tem capitaneado as melhores causas públicas, tem recebido e projetado os melhores projetos e programas do interesse da sociedade do Paraná.

A preeminência do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho entre as lideranças sociais do Paraná tem sua origem na fidelidade com que se posicionou junto às instituições jurídicas e acadêmicas, e se elevou pelo profundo interesse que sempre manifestou pela causa da Justiça e do Direito. Aprendeu de berço esse amor à Justiça e ao Direito, mas continuou e desenvolveu, incorporando-o ao seu cotidiano em todas as relações sociais. E o completou com o estudo e a preocupação pelas atividades econômicas e culturais, a tal ponto de estar situado e integrado em todas as manifestações econômicas, sociais, culturais e políticas de nosso Estado. Políticas quando consideradas sob o ângulo maior, com preferências mas sem exclusões, devido a sua formação liberal e seu cultivo pelas manifestações do pensamento democrático.

Desde os tempos universitários vem demonstrando sua preocupação com os problemas de nosso Estado.

Eleito primeiro presidente fundador do Diretório Central dos Estudantes (como tal, primeiro aluno da Universidade Federal do Paraná a ter direito à voz e voto no Conselho Universitário) trouxe para o Paraná a idéia de ginásio gratuito para os alunos pobres, fundando, com um grupo de universitários, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos do Paraná e instalando o primeiro ginásio gratuito para alunos pobres, Ginásio João Cândido Ferreira, que já formou milhares de paranaenses ilustres.

A Campanha Nacional de Educandários gratuitos transformou-se mais tarde na notável e gigantesca CNEC (Campa-

nha Nacional de Escolas para a Comunidade).

Ao formar-se em Direito na turma "Ruy Barbosa", em 1949, recebeu o Prêmio Brigadeiro Franco como melhor aluno de Direito Civil nos três anos do curso daquela cadeira.

Como advogado criminal inovou no Júri, levando para o Plenário do Tribunal Popular, pela primeira vez, projetores e gravadores, sendo pioneiro nesta forma de comunicação áudio-visual no Tribunal do Júri.

Na direção dos principais órgãos de divulgação de nosso Estado tem nos últimos anos imprimido nítida orientação paranaense entre as quais merecem destaque:

- 1) O prestigiamento permanente do Poder Legislativo que tem sido uma constante na orientação firme da Direção do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, nos veículos que comanda. Diariamente na "Gazeta do Povo" há praticamente uma página inteira (e uma página nobre do primeiro caderno) dedicada a assuntos do Legislativo com destaque para todos os Partidos e sempre com a preocupação de enaltecer, destacar e prestigiar o Poder Legislativo.
- 2) Recentemente o Diretor Francisco Cunha Pereira Filho, preocupado com o problema eleitoral do Paraná, alertou ao Governo e às classes políticas sobre os graves riscos do Paraná vir a ter bancada federal diminuída, bem como diminuída a representação estadual, propondo as soluções:
 - a) alteração do critério eleitoral, voltando-se ao texto constitucional anterior;
 - b) campanha de intenso alistamento eleitoral para transformar nosso Estado num dos maiores colégios eleitorais do País; propondo ainda:
 - I) — anistia eleitoral;
 - II) — dispensa da fotografia nos títulos eleitorais.
- 3) Permanente e antiga campanha para que nosso Estado tenha um representante nos órgãos da República e particularmente em nossos Tribunais Superiores.
- 4) Estudos sobre reparações e indenizações para nosso Estado, chegando em suas pesquisas a Lei 3257 de 02 de setembro de 1952, que aplicada à exploração do xisto de São Mateus, renderá 77 milhões de cruzeiros aos cofres do Paraná, além de receita excepcional ao Município de São Mateus.
- 5) Estes estudos e conclusões foram considerados "inéditos" pelo Secretário da Fazenda Edson Neves Guimarães e capazes de ocasionar um aumento da receita estadual da ordem de mais de 2 por cento.
- 6) Campanha que foi rotulada no Paraná inteiro como "Energia de Itaipu a Custo Zero", e que sensibilizou a opinião pública estadual e nacional, propondo reparações econômicas pela desapropriação e alagamento de áreas férteis paranaenses, como ressarcimento justo ao Paraná, culminado por propôr também, de forma original e inédita, que os "royalties" previstos no art. XV do Tratado Brasil-Paraguai, sejam pagos integralmente ao Paraná. Esta campanha dos "royalties", uma vez vitoriosa,

gerará ao nosso Estado uma receita extra no Mínimo de nove milhões de dólares anuais, podendo chegar a 30 milhões de dólares anuais, quando do pleno funcionamento da Hidroelétrica de Itaipu.

- 7) O aspecto social de criação de novos empregos com desenvolvimento particularmente de pólos já definidos como Pólo Urânio em Sapopema - Curiuva, e o Pólo Petroquímico de São Mateus do Sul além do Porto de Paranaguá e a aplicação do princípio benefício-emprego.
- 8) Movimento junto à Federação das Indústrias e Associação Comercial do Paraná para o "gasoduto" que fornecerá gás da Argentina entre no País por Foz do Iguaçu e acompanhe, se viável tecnicamente, o linhão de transporte de energia de Itaipu, evitando novas desapropriações no Estado e originando mão-de-obra em todo o seu traçado.
- 9) Campanha para a participação efetiva de empresas e mão-de-obra paranaense na construção da ponte internacional Brasil-Argentina.
- 10) Aceleração das obras da Ferrovia da Soja com definição de sua eletrificação com energia gerada por Itaipu.

Sua integração ao jornalismo e ao empresariado de comunicação social mais do que uma diversificação para ampliar horizontes de ação: mais do que a expressão do seu dinamismo social e cultural, deve ser vista como a complementação da ação pela Justiça e o Direito com a comunicação social, num universo harmônico e mais amplo.

Recentemente, tivemos uma demonstração muito forte de seu espírito público ao colocar sua rede de comunicação social —A "Gazeta do Povo", o "Diário da Tarde", a Televisão Paranaense Canal 12 e a Televisão Cultura de Maringá — cobrindo todo o Estado, a serviço das principais reivindicações de nosso Paraná, de forma concisa e clara, e destacando nossas reclamações ao Governo Federal, à ELETROBRÁS e à ELETROBRÁS de "royalties" e indenizações devidas pelas inundações de terras férteis e pelo aproveitamento de nossos recursos; a parte de legítimas e oportunas reivindicações pela implantação da ferrovia da soja e pela industrialização do xisto e outros recursos naturais de nosso Estado. Parte de um longo processo de luta e de serviço ao Paraná, que engrenha e gratifica nosso Estado, contribuindo para que se eleve a ação classista e política.

Por tantos títulos pessoais, profissionais e públicos, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho se faz merecedor de uma homenagem que, partida do Poder Legislativo do Paraná, represente toda a sociedade paranaense reconhecida por seu trabalho meritório e de largo alcance para o presente e o futuro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lá, em Roma, o Ministro da Agricultura do Brasil afirma ter aumentado em nossa Pátria a área de terras cultivadas, numa demonstração que estamos em condições de gerar alimentos para

uma população mundial em que aproximadamente trinta por cento já é carente de alimentos.

Contando inclusive com apoio do exterior, nossas autoridades se esforçam para transformar em realidade a exploração das áreas dos cerrados e das várzeas.

Já ficou demonstrado aqui em nosso Estado, como se fez no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que possuímos - os que se dedicam - a agricultura e à pecuária - qualidades técnicas para produzir os mais variados produtos agrícolas à exportação, com qualidades exigidas pelos importadores mais exigentes.

E a produção desse tipo, além de gerar divisas, de que sempre carecemos - gera mão-de-obra em abundância - desde que não se permita a exagerada mecanização da lavoura.

Aliás, é oportuno que se diga que a mecanização exagerada da lavoura, além de descapitalizar o agricultor pelo demasiado preço de custo e manutenção da maquinária, - é a causa do desemprego na lavoura e a criação de problemas sociais na periferia dos centros urbanos, já sentidos e constatados em nosso Estado.

Mas há, Srs. Deputados, paralela à observação do que se pode, do que se deve fazer pela ampliação da agricultura, a verificação constante, diária de que o agricultor continua sendo descapitalizado, desestimulado, por uma série de fatores, dos quais destacamos:

- 1) preços altos para sementes, adubos, inseticidas, herbicidas, maquinárias e implementos, combustíveis e material de reposição, - bens quase sempre negociados por indústrias transnacionais ou multinacionais;
- 2) juros elevados, e por preços inadequados, estabelecidos, entretanto, por órgãos ou entidades nacionais.

Vemos pois, na base da economia agrícola um empregador desestimulado e, em consequência, um assalariado igualmente insatisfeito, não obstante os esforços do poder público, talvez por distorção da maneira de visualizar o grave problema.

Se nada temos contra o capital estrangeiro quando aqui aporta para nos trazer técnicas e colaboração para o desenvolvimento de nossa Pátria, - o mesmo entretanto não podemos dizer quando ocorre a situação inversa de nos serem impostos maquinárias e insumos a preços muito elevados, e ainda nos impõem baixos preços para os nossos bens agro-patoris exportáveis, como sucede com alguns produtos industrializados ao atingirem a qualidade exportáveis como o café solúvel, o fio de seda, o calçado, etc.

Diante deste quadro negro e lamentável, necessário se torna que as nossas COOPERATIVAS, com sua capacidade já demonstrada, fiquem legalmente capacitadas a, em composição com as indústrias estabelecidas no Brasil, produzirem e comercializarem todos os tipos de adubos, herbicidas, inseticidas etc, de modo que seus custos sejam reduzidos. A produção e comercialização através das cooperativas reduzem o custo e o lucro retorna aos agricultores. Fora dessa solução, continuaremos descapitalizando o agricultor, enquanto as multinacionais se locupletam.

As cooperativas têm condições e precisam agir como genuínos órgãos representativos da agricultura, desde o preparo da terra, plantio, comercialização, transporte da produção, para que se consiga a grande meta de aumentar as exportações, sem prejuízo do atendimento ao consumo interno.

Mas isso só será possível, e esse dia só chegará com o fortalecimento das condições impostas às cooperativas, tendo como ponto de partida que uma agricultura estabilizada, em todos os

seus setores, é um dos pilares da tranquilidade e desenvolvimento. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado VALDUGA.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre e eminente Deputado Tadeu Lúcio Machado, na tarde de ontem fez aqui uma reprimenda pública e pediu, inclusive a esta Casa que acolhesse representação contra o Meretíssimo Juiz da Comarca de Ibaiti, pelo fato de aquela autoridade ter tomado iniciativa de proibir os abusos de táxi que se verificavam na cidade e cominando as penas de apreensão do veículo como determina a lei e dando os procedimentos penais que também prescreve a Lei de Trânsito e o Código de Contravenções Penais.

Em primeiro lugar, achamos que atitudes como essas, produto de meras acusações e que são tipicamente posições políticas emanadas de situações telúricas das cidades do interior, não devem e não podem nunca merecer da parte dos Deputados a atenção inadequada que se pretendeu trazer a esta Casa.

O Magistrado, antes de mais nada, deve ser respeitado, respeitado na inteireza das suas funções de Juiz. É ele a segurança e a garantia da propriedade, da liberdade das pessoas. Portanto, que por uma simples denúncia partida de correligionários políticos é não só temerário como é uma incursão indevida do Legislativo num campo privado e respeitado que é o Judiciário.

Na medida que nós acolhamos tais posições ou que não as rechacemos, estaremos de nossa parte abrindo um flanco para a desmoralização do Legislativo. Quando um Deputado na sua função erra, há os caminhos, os canais competentes para as reprimendas e para sanções até partidárias ou regimentais.

De sorte que, por uma simples alegação de companheiros políticos, trazer o nome honrado de um Magistrado à consideração de uma Casa Legislativa, é inadequado, impróprio e de forma alguma merece ser acolhida, muito ao contrário, merece a nossa reprimenda. Porque se quer o Legislativo manter a inteireza da sua respeitabilidade, deve por outro lado reconhecer e manter, sobretudo do Judiciário que é também a nossa garantia, a garantia dos parlamentares.

Disse aquele Deputado que o Juiz da Comarca dera ordens para que se prendessem filhos, de correligionários, menores, da oposição. Não é verdade, Senhores.

Procurei me informar e sei que, numa batida apreendendo os veículos dos menores naquela cidade, foi preso Sebastião Ferreira, citado por ele, efetivamente. Mas foram presos também José Louzano e Beno Neiman, ambos, filhos de membros do PDS.

Portanto, não houve discriminação política nas prisões que pretende. Não podemos aceitar que acusações desta natureza calcada em apenas simples informações que possam denegrir a pessoa ativa de um Magistrado. Como disse, o Magistrado é também a nossa garantia, daí porque urge defender a sua pessoa. E se porventura alguma arbitrariedade tivesse cometido aquele Magistrado, não cabe à nossa Casa de Leis julgá-lo ou processá-lo. Cabe, pelos caminhos da lei, a pessoa lesada, encaminhar a representação ao Conselho Superior da Magistratura.

Isso um Deputado deve saber, como respeito aos seus direitos e respeito ao direito das outras categorias de poderes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao

orador inscrito, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tem sido raro ressaltar-se nesta Casa a pujança e o progresso de municípios paranaenses. Por isso, certamente, quando se afirma aqui, com a unanimidade de meus Pares, que o Paraná é um Estado em vias de franco desenvolvimento, seguramente, não se afirma nenhuma novidade, porque todos somos testemunhas de que este Estado tem sido exemplo de avanço, quer no oferecimento de infra estrutura para o alcance de metas econômicas, quer no oferecimento de alternativas de usufruto de benefícios sociais, que soem ressaltar a capacidade e a operosidade deste povo.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as comemorações do 29.º aniversário do Município de Cascavel deram testemunho vibrante do quanto pode a gente paranaense, na consolidação de estruturas capazes de perpetuar o esforço e a visão dos pioneiros.

Cascavel é um exemplo dessa capacidade. Reflete este município, no seu crescimento econômico, social, político e demográfico, toda a pujança de uma região, a do Oeste, que toma hoje a posição de vanguarda no concerto regional paranaense, como um dos pólos brasileiros de maior desenvolvimento econômico. Escusado dizer que Cascavel, como ponto de convergência da economia regional, caracteriza hoje, já pelas opções que oferece e por suas características urbanas, é uma das cidades brasileiras mais importantes, com ampla participação no processo municipalista.

As comemorações do 29.º aniversário de Cascavel deve ser encarado, portanto, como uma oportunidade de pronunciamento do trabalho de quantos, desde os primeiros dias, acreditaram em suas possibilidades, quer no campo econômico e social, quer no campo político.

Como representante daquela região do Oeste e em particular de Cascavel nesta Casa, devo dizer que muito me honra reconhecer, nesta oportunidade, que não estamos sós na busca do desenvolvimento paranaense e que a região que orgulhosamente represento neste Legislativo, tem dado significativa parcela de contribuição para o alcance daquele desiderato comum, firmando-se, pelo exemplo de trabalho e dedicação de seus filhos, como um centro produtor de alta ressonância.

Ao demais, é importante mencionar que o Governo tem estado em Cascavel, colaborando de forma decisiva, auspiciando aquelas obras públicas, que, por suas próprias características, se situam num plano de alta prioridade, como as centrais telefônicas, que foram inauguradas pelo Secretário Renato Johnsson, do Interior.

A SANEPAR inaugurou em Cascavel nova estação de tratamento de água beneficiando 50.000 pessoas, sendo a maior do interior paranaense.

O Governador Ney Braga, em companhia do Gerente Regional do BNH, autorizou a 2a. fase do Projeto Cura, com recursos na ordem de trezentos milhões de cruzeiros que propiciará a conclusão do Anel Viário, a construção do Lago Artificial, bem como a pavimentação da 2a. pista da Avenida Foz do Iguaçu.

Devo destacar ainda como outra contribuição importante do Governo, a inauguração de Posto de Saúde, que levou a Cascavel o Secretário Dr. Oscar Alves, da Saúde e Bem-Estar Social. Cascavel tem sido, ao longo de sua História, um ponto de referência do progresso paranaense.

Isto se confirma quando, em ocasiões tão especiais como esta, podemos receber, com a mesma alegria que devotamos ao

trabalho, personalidades tão ilustres como o Governador Ney Braga, o Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, Saul Raiz, Secretário do Planejamento, Vilson Deconto, o Chefe da Casa Civil, Fabiano Braga Côrtes, e outras autoridades paranaenses, sempre preocupadas com o crescimento de nossa cidade.

Antes de encerrar, desejo manifestar a certeza que Cascavel, que não pára no tempo e nem no espaço, mais se prepara para consolidar a posição de primeira cidade do Estado, demonstrando que está apta para concorrer com todas as cidades brasileiras, em todos os terrenos, inclusive do esporte, que deve ser, sem dúvida, o grande fator de aperfeiçoamento da juventude e das gerações futuras.

Por isso, a grande justificativa da inauguração do Centro Esportivo Ciro Nardi, que é a maior obra dedicada ao esporte amador do Paraná.

Ao finalizar, desejo expressar nossos cumprimentos ao digníssimo Prefeito, Jacy Miguel Scanagatta, pela exemplar gestão que vem realizando, marcada pela concretização de obras tão importantes quanto o próprio desenvolvimento de Cascavel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando ouvimos peças laudatórias de um desenvolvimento feito através de uma administração que nós, em muitos atos, colocamos em dúvida, muitas obras que são realizadas, colocamos em dúvida quanto a sua utilidade.

Seguindo este raciocínio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós estamos aqui na tribuna para dizer que nesses últimos tempos temos constatado, que muitas obras são realizadas como verdadeiros elefantes brancos, obras inúteis e deixando as prioritárias, aquelas que são verdadeiras aspirações da comunidade.

E entre tantas outras que conheço, Sr. Presidente, vou citar aqui, duas obras que foram realizadas na Cidade de Palmeira, no Colégio Agrícola, nas quais se aplicara aproximadamente trinta milhões de cruzeiros.

Trata-se, uma delas, de um aviário para dez mil aves; e outra, uma sala de ordenha, com capacidade para a produção do leite tipo "A", com finalidade pedagógica, é certo.

Mas, acontece, Sr. Presidente, que com essa mesma finalidade temos idênticas obras, já realizadas há muito tempo e que com um pequeno reparo estariam atendendo satisfatoriamente os seus objetivos.

Mas o pior do que isso, é que há 6 meses estão paralisadas aquelas duas obras que foram iniciadas, sem conclusão e sem perspectiva de conclusão e sequer de utilização. Porque é sabido, em primeiro lugar, que o aviário, o seu funcionamento é inviável e é deficitário.

Enquanto que aquele já existente, além de atender a finalidades pedagógicas, supre perfeitamente as necessidades de mercado. E a sala de ordenha, para a produção do leite tipo "A", sequer tem condição de funcionamento e mesmo de colocação do produto no mercado, porque está fora do alcance do povo.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é esse tipo de obras que nós combatemos e que muitas vezes são trazidas a esta Casa, para um registro, como grandes obras realizadas por este Governo que nada dizem com os interesses da comunidade.

Mas, Sr. Presidente, parece-me até que o desespero tomou conta do PDS deste Paraná. E se não é o desespero, com a vida vênha dos ilustres Deputados do PDS com assento nesta Casa, queria dizer que até é a mediocridade.

Porque quando vejo um Deputado Federal do PDS dizer que todas as verbas para os municípios devam ser carreadas através das lideranças locais do PDS para a aplicação no município, vejo aí um desespero. Porque os municípios têm a sua administração autônoma.

O Estado deve aplicar as suas verbas no município, de acordo com os interesses da comunidade e com plano de administração municipal.

Se for para dizer, como se disse, e hoje a imprensa publicou, que os Prefeitos do PMDB usam verbas do Governo Estadual e Federal, para se promover, eu diria então que o PDS usa os tributos que são pagos pela oposição, para carrear-los em benefício próprio, ou dos seus interesses eleitoreiros. Então que se divida os impostos deste País. Que os impostos pagos pela oposição sejam carreados para os prefeitos da oposição administrarem e fazerem a sua aplicação e que os impostos do PDS sejam carreados para o PDS.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente, há pouco, quando ocupou esta tribuna o ilustre Deputado Valduga, que embora não estando na sessão plenária de ontem, e nem tendo conhecimento do expediente, que pedimos que a Casa encaminhasse ao Desembargador Corregedor de Justiça do Estado do Paraná, se colocou em defesa do Juiz de Direito da Comarca de Ibaiti.

O Deputado Valduga, talvez, não tenha conhecimento de que o Juiz de Direito da Comarca de Ibaiti, como ele diz que o magistrado deve ser respeitado, não está respeitando a lei.

E como dissemos desta tribuna, ontem, está fazendo lei por conta própria.

O Juiz apreende o veículo conduzido por menores. ATÉ AÍ TUDO BEM, ELE DEVE FAZER SE CUMPRIR A LEI, ele deve fazer com que se abra um inquérito e que chame à responsabilidade o proprietário.

O que não pode, é o Juiz de Direito de uma comarca, se achar no direito de prender o veículo e deixar o veículo preso pelo tempo que ele achar necessário, desrespeitando desta forma, o direito de propriedade que todo o cidadão tem e que deve ser preservado.

Não sabe também, o Deputado Valduga, que a função de Deputado é de fiscalizar e evitar que os outros poderes exerçam atividades maiores do que aquelas que possuem. Não sabe, talvez, o Deputado Valduga, que o Juiz de Direito da Comarca de Ibaiti, quando em contato telefônico com este Deputado, foi malcriado e desrespeitando assim a função que exerce e por conseguinte, desrespeitando toda esta Casa de Leis.

Ora, um homem que é magistrado, um homem que estudou, que é advogado, que passou num concurso, e que hoje pertence a um quadro da Magistratura do Paraná, não tem condições sequer de manter um diálogo com um Deputado, ou com qualquer outra pessoa.

É incompetente, é arbitrário e não está à altura de exercer o cargo de Juiz de Direito em qualquer comarca deste Brasil. Nem no território de Rondônia, nem muito menos no

Estado do Paraná.

E é por isso Deputado Valduga, que nós pediríamos a Vossa Excelência que lesse o expediente que encaminhamos e o nosso pronunciamento na tarde de ontem. E num dos trechos nós dizíamos que o Juiz de Direito pediu que o DETRAN efetuasse a prisão de veículos conduzidos por menores. E são palavras do nosso pronunciamento, até aí uma atitude legal, entretanto, aquela autoridade não satisfeita com a função de fazer com que se cumpra a lei, também, resolveu criar a lei e aplicá-la a seu bel prazer.

O nobre Deputado Valduga, também não leu o nosso pronunciamento na altura que nós invocávamos, porque, nós dizíamos que o Juiz de Direito daquela comarca tomava suas posições baseado no artigo 46, do Código Penal que fala sobre a reincidência da contravenção penal do crime.

Não sabe o Juiz de Direito de Ibaiti diferenciar contravenção de crime. Porque, menor conduzindo veículos automotores é contravenção penal e o Juiz achou respaldo no artigo 46 do Código Penal.

Então, quero aqui comunicar a esta Casa, que não somos, que não estamos aqui para perseguir, para tentar colocar em "cheque" a atuação daquele magistrado.

Queremos sim, é que a lei seja cumprida e que os homens que representam a justiça neste Estado, saibam fazer justiça.

É esta a nossa pretensão e é isto que pretendemos para cumprir com legitimidade e com inteligência o nosso mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel. Havendo declinado, está encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Leônidas Chaves.

O SR. LÊONIDAS CHAVES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa de hoje noticia um fato que não corresponde realmente à verdade e que foi uma denúncia feita, a esta Casa, pelo eminente Deputado Scarpelini. Não quero, com isso, chamá-lo de mentiroso. Não quero, com isso, dizer que esse Deputado trouxe fatos inverídicos a seus Pares.

Mas, afirmo que esse Deputado está mal informado.

E pelas informações incorretas que lhe foram trazidas, temos o dever e a obrigação, não de defender o Secretário da Educação, mas de defender a Educação do Brasil.

Diz o jornal "O Estado do Paraná", de hoje, que no Município de Inácio Martins, existe uma tensão social provocada pela expulsão de um aluno do primeiro grau. E que essa tensão social deve ser debitada ao Secretário Edson Machado e ao Prefeito de Inácio Martins, grande Prefeito, Pedro Ivo Gonçalves.

Lamento que o nobre Deputado José Domingos Scarpelini não esteja presente. Espero que ele esteja nos ouvindo, em seu gabinete e venha até este plenário, para que eu passe, às suas mãos, provas documentais, promovidas pela Secretaria da Educação, através da 25a. Inspetoria de Ensino, da Cidade de Guarapuava, onde uma comissão de professores, atendendo a uma portaria daquela Inspetoria, se deslocou ao Município de Inácio Martins, fazendo com que os fatos, a veracidade dos fatos, chegasse ao conhecimento desta Casa.

Temos em mãos, Sr. Presidente, nobres Deputados, provas documentais, portanto papéis que merecem crédito, que um aluno que freqüentava os bancos escolares do Ginásio Parigot de Souza, de Inácio Martins, foi expulso pela direção daquele colégio.

Olhamos, minuciosamente, as peças deste relatório. Examinamo-as com a maior atenção, e chegamos a conclusão de que o Prefeito Pedro Ivo Gonçalves - posso repetir, o grande Prefeito, Prefeito de uma comunidade pequena, Inácio Martins é um dos menores municípios deste Estado, todavia, um dos melhores administrados, pela integridade, pela honestidade, pela capacidade de um homem que assumiu o compromisso junto ao povo, através de um mandato popular e que tem procurado honrá-lo a cada dia que passa, nesta época eleitoral, nesta administração.

Sr. Presidente, temos em mãos um Mandado de Segurança impetrado pelo pai do menor, temos em mãos, a liminar concedida pelo Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Irati, e temos em mãos também, um processo administrativo, um inquérito administrativo onde foram ouvidas aproximadamente 20 pessoas daquela comunidade, sendo 16 professores, professores que integram o nosso Partido, professores que integram os demais Partidos, todos unânimes em opinar pelo afastamento daquele aluno, e hoje, Sr. Presidente, nobres Deputados, estamos aqui, desta tribuna, não promovendo, como eu disse, a defesa de um prefeito, de um homem público, não, promovendo a defesa do Secretário da Educação, mas, promovendo a legítima defesa da educação em nosso Estado, da educação no Brasil.

Entendemos que, jamais, um pequeno marginal, um infeliz menino, possa conviver com meninas, com meninos ainda de tenra idade. Não podemos admitir essas manifestações injuriosas - primeiro, o jornal diz que, o Deputado Scarpelini, usando esta tribuna no dia de ontem, proferiu palavras demonstrando o seu descontentamento com Sua Excelência o Sr. Secretário da Educação. Primeiro: isto não é verdade. Recorri aos oradores que falaram no dia de ontem, nele não estava inscrito, portanto, não falou o Deputado Scarpelini; entendo que ele deva ter pensado em falar, entendo que ele até tenha certa preocupação por este fato que lhe chegou às mãos, por este acontecimento que lhe foi contado por uma pessoa que, evidentemente, lhe faltou com a verdade.

É por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós estamos aqui, para darmos satisfação à Assembléia Legislativa do Estado, de que, o caso de Inácio Martins é realmente um caso que procura não o Prefeito Municipal, não o Secretário da Educação, mas nós, homens públicos que detemos um mandato, que somos realmente os verdadeiros representantes do povo que por ele, naturalmente, teremos e haveremos de lutar até o último dia.

Entendemos, Sr. Presidente, que, Sua Excelência, o Secretário da Educação não deve absolutamente nada porque, às suas mãos ainda não chegou o processo administrativo. Entendemos que devemos conversar, orientar e esclarecer o nobre Deputado Scarpelini, para que a imprensa do nosso Estado não continue publicando, não continue sendo mal informada com fatos que realmente não correspondem à verdade.

Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, um diálogo honesto, franco, leal, meu, com o nobre Deputado Scarpelini, poderá pôr fim, poderá chegar a um termo, a um bom termo neste episódio onde vemos não o Prefeito Municipal, não o Secretário de Estado, mas a educação do Brasil sendo sobrepujada por delinquentes, por pequenos delinquentes.

E digo mais: infelizes meninos cuja culpabilidade deva ser atribuída a seus pais pela má educação, pela falta de comportamento como seres humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No horário da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Vimos à tribuna nesta oportunidade, para dizer do júbilo do povo de nossa terra, para dizer da alegria dos conterrâneos londrinenses, quando veem renascer, quando veem brotar a esperança da concretização de um dos seus maiores sonhos da história política administrativa da nossa cidade.

Muitos homens públicos desfilaram perante o povo da nossa terra, anunciando sempre como meta de governo, a mudança da linha férrea que divide a nossa terra em Londrina de cima e Londrina de baixo. Vimos a atual administração da nossa cidade, com o Prefeito Antônio Belinatti, dar uma grande arrancada nesta obra. Caminhando a passos largos, enquanto recursos possuía. Com a escassez de recursos, vimos através do nosso Diretório Municipal do Partido Democrático Social de Londrina, com seus membros, com os seus vereadores, com os Deputados Ruben Valduga e Lázaro Dumont, com representantes da sociedade londrinense representantes classistas de nossa terra e há 15 dias passados, trouxemos o apelo de Londrina ao Governador Ney Braga.

Na quarta-feira da semana que passou, tivemos outra audiência com Sua Excelência o Sr. Governador do Estado e renovamos o apelo do Diretório Municipal do Partido Democrático Social, para que o Estado do Paraná participasse decisivamente da construção da variante ferroviária, visto que os técnicos e os Secretários da Administração Municipal anunciavam que necessitavam de 150 milhões de cruzeiros para concluir a variante ferroviária em nossa cidade.

O Governador Ney Braga, de imediato, solicitou a agilização do processo para apresentação de uma definição do Governo do Estado do Paraná com relação à reivindicação do nosso povo, apresentada através do Diretório Municipal ao representante deste nosso Estado.

E ontem o Secretário de Desenvolvimento dos Municípios Dr. Saul Raiz, anunciava a nós confirmando a participação decisiva do Governo do Estado do Paraná, a liberação dos recursos, na ordem solicitada, de até 150 milhões de cruzeiros, para que Londrina veja agora concretizado então este grande sonho.

A partir do mês de janeiro próximo já será lançado em conta bancária, os recursos reivindicados por todos nós, para atender às necessidades do município londrinense para a efetiva e definitiva inauguração da variante ferroviária.

Esta obra permitirá à nossa cidade, além da sua expressividade, pelo que representa em si própria, na eliminação desse problema da desvalorização de áreas, mas muito especialmente na solução de um problema seríssimo que vive uma cidade que foi projetada para uma população com 40 mil habitantes e que hoje se aproxima dos 400 mil habitantes, para se dar solução ao sistema viário no atual leito da via férrea com a sua mudança para variante, que haverá de ser concluída agora e com certeza até o mês de julho do próximo ano.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DEL CIEL — Cedo, com muito prazer, o aparte ao

eminente Deputado Valduga.

O Sr. Valduga — Nobre Deputado, me congratulo com Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, enaltecendo a posição e a sensibilidade do Governador do Estado ao se immanar naquela que significa a obra mais importante de Londrina, ou seja, retirar a via férrea do centro fazendo com que a cidade passe a ter uma união física. Porque como bem disse o colega - havia Londrina de cima e a Londrina de baixo.

E por ali vai passar uma avenida que vai fazer a integração de todos os bairros. É, portanto, sem dúvida alguma, Sr. Deputado, a obra mais importante, a obra mais sonhada do nosso município. E o importante é que tanto como Vossa Excelência, toda coletividade se conscientizou. Foi um trabalho político immanado, um trabalho muito importante e que a comunidade há de reconhecer.

Há de reconhecer, porque foram arriadas todas as pretensões pessoais, é todo o povo de Londrina que se immanou liderado pelo nosso Partido e pelos nossos Parlamentares. E é importante também que se diga, que esta obra, vai significar definitivamente, a integração de Londrina. O desvio ferroviário, tão desejado, tão proclamado por tantos outros candidatos a Deputado, vê agora as perspectivas finais de conclusão.

Congratulo-me ao mesmo tempo que parabeno-me com todos nós, especialmente com o Governador Ney Braga, que sentindo a grandeza da obra não regateou em dar o seu apoio, especialmente a Londrina, uma cidade que outrora foi uma cidade muito rica e muito importante e hoje, se vê empobrecida pelo número de pessoas que recebe pela liberação do campo. Londrina merece o que vem recebendo do Governo do Estado.

Muito obrigado ao Sr. Governador e parabéns, nobre Deputado.

O SR. DEL CIEL — Agradeço o aparte do Deputado Ruben Valduga, Presidente do Diretório Municipal do Partido Democrático Social em nossa cidade que nos honra com a sua participação nessa oportunidade.

E não poderia deixar, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, para fazer justiça por inteiro de agradecer aqui também, a atuação do ex-Presidente deste Poder Deputado Fabiano Braga Côrtes, hoje Chefe da Casa Civil e, cumprimentar mais uma vez, o Sr. Governador Ney Braga, que passa a efetivar numa grande demonstração de que a Rodovia do Café não é a rodovia do vem e não volta, não é a rodovia do traz os recursos para a Capital do Estado do Paraná, deixando o interior do Estado relegado a um segundo plano, esquecido, abandonado. De cumprimentar ao Sr. Governador do Estado pela coragem que teve pelo que me consta, ainda como sendo o único Governador que teve a coragem de montar e de criar uma Secretaria, como a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Municípios que está realmente atuando no Estado do Paraná.

Se a princípio pode preocupar a facções políticas partidárias, mas, rememoramos inclusive nessa oportunidade o início da nossa carreira política quando vereadores na Cidade de Londrina, Sr. Presidente, sempre nos fizemos presentes na tribuna municipal e na tribuna estadual, cobrando dos governantes, todos eles que passaram pelo Poder neste Estado e na União, para que voltassem as suas atenções para os municípios e Ney teve a coragem de criar essa Secretaria que arranca o chapéu da mão do Prefeito que até ontem batia de porta em porta implorando migalhas de recursos para poder edificar uma escola, uma creche, uma pequena e modesta obra talvez em sua

terra, no mais distante município do nosso Estado do Paraná.

Não se pode admitir que na atualidade política quando caminhamos e vivemos uma redemocratização neste País, que se procure condenar quem realmente está a trabalhar. Vamos criticar aqueles que crítica façam por merecer. Mas aqueles que não quiserem reconhecer o trabalho daqueles que estão a produzir no Estado do Paraná pelo bem-estar do nosso povo, das nossas comunidades e do nosso próprio Estado, então, por favor que silenciem.

Vimos nascer no Estado do Paraná um exemplo que há de vingar em toda a Nação brasileira, com todos os Governantes criando Secretarias especiais ou extraordinárias, como queiram, para atender diretamente os Srs. Chefes de Executivos Municipais. Elaborar os seus projetos, dar-lhes condições de acesso aos recursos que hoje estão difíceis de serem conquistados em todas as áreas. E uma grande luta está se erguendo nesse País.

E nós podemos anunciar agora que dias melhores virão, procurando levar motivação, fé e esperança ao povo paranaense e brasileiro, quando estamos iniciando uma caminhada para devolver aos municípios o que ao município é de direito. Nenhum município mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a partir do próximo ano, por menor que seja em todo o território nacional receberá menos de 22 milhões de cruzeiros. Uma política socializante em termos administrativos, dando assim condições para que os prefeitos das pequenas comunidades também possam atender às necessidades fundamentais e prioritárias do seu povo.

São essas as razões que nos motivam a vir nesta tribuna, nesta tarde e nesta oportunidade para reconhecer e desta feita aplaudir Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, agradecendo a todos os Secretários que auxiliaram Londrina e que ouviram o grito do nosso povo e o apelo do nosso Diretório Municipal do Partido Democrático Social, assegurando à Londrina a concretização da variante ferroviária, que muitos no coração da grande Londrina até promovendo e em busca da promoção de um desgaste administrativo e até mesmo do nosso partido político, promoviam apostas em praça pública dizendo que esta obra jamais seria concluída.

Que abram as apostas no coração de Londrina, na recém-criada Boca Maldita em nossa cidade, no final da semana que passou, que continuem a apostar tentando enganar e iludir o povo de nossa terra, porque agora Londrina com a participação desse Governo que ouviu o clamor do nosso povo e da nossa terra está assegurada para a alegria do nosso povo e para despeito de alguns poucos a conclusão da variante ferroviária, sonho do nosso povo obreiro da nossa terra de Londrina.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Não queria interromper o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência. Mas também não poderia deixar fugir a oportunidade de me parabenizar com Vossa Excelência, porque Vossa Excelência, como filho de Londrina, como um dos mais legítimos representantes daquele valoroso município, que tem honrado o seu mandato, vem de público reconhecer que o atual Governo, como aliás tem feito em todos os municípios paranaenses, levou o calor da administração estadual a Londrina, atendendo as justas e legítimas reivindicações daquele município que tanto contribui para a economia do Paraná.

Ao contrário, de aves agoureyras que aqui nesta Casa representantes também naquele município... (Corte do som. Suspensão do aparte).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Lamento dizer ao nobre Deputado que o Horário do Expediente ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Vossa Excelência inovou, procurou inovar mas, às vezes, a cibernética viola o direito de um cidadão. É como um cidadão que chega diante de um sinaleiro, de um semáforo, às duas horas da madrugada e se o semáforo está estragado, ele fica ali meia hora esperando que ele lhe dê o sinal verde. Quer dizer, é um homem com sua inteligência parando defronte à imbecilidade da máquina.

O SR. DEL CIEL — Muito obrigado, Sr. Presidente, Líder ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o horário do Expediente é improrrogável e a Presidência está apenas cumprindo o Regimento Interno.

A Mesa consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PTB. (Declina).

Consulta à Liderança do PMDB. Com a palavra o nobre Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cerca de 150 famílias, desprovidas de alternativas de moradia, realizaram neste fim de semana a ocupação de três áreas na Vila Formosa, nesta Capital. A ocupação e ordeira e resultante de decisão majoritária em assembléia, chama a atenção para aspectos importantes da vida e da realidade brasileiras. A ocupação que garante o direito à moradia de todos os cidadãos, não teria se dado se a realidade do País fosse outra.

Se uma política fundiária desse ao trabalhador do campo e da terra e, acima da terra condições de trabalho, com acesso a todos os meios para garantir uma ação compensatória, se nas cidades uma política urbana fizessem existir áreas litigiosas, vazias, em mãos de poucos, estas duas situações, uma geradora do êxodo rural, em grande parte, e outra agravante da tensão social que já vem com o homem, destituindo do trabalho e de terras do campo, criam focos de miséria, onde as alternativas de sobrevivência são poucas.

Neste cenário agrava-se a crise social e econômica, fruto da ausência de medidas conseqüentes e profundas por parte do Governo.

Cada família brasileira acumula hoje sua tensão própria. Tensão nascida das dificuldades econômicas, financeiras, que levam o trabalhador, quando empregado, a entregar quase metade, ou mais, de seus ganhos, para o pagamento de moradias. Os aluguéis que sobem mais do que os salários, e que no final deste ano sobem mais de 90 por cento, isto tudo cria o desespero em cada lar e cada família e se transforma num foco de tensão social.

São estes trabalhadores, estes camponeses hoje operários, a maioria mão-de-obra desqualificada, que ocupam os terrenos de Vila Formosa nesta Capital. Uma área litigiosa de dezenas de anos. De outro lado vemos a carestia e a política econômica anti-popular, que expulsou da terra os trabalhadores do campo e na cidade restam poucas alternativas, se não as favelas e a periferia.

Nós, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro,

que tomamos a iniciativa ainda ontem, de pessoalmente participar de algumas discussões junto com os ocupantes da referida área.

Mas, acima de tudo, este partido norteia-se pelo direito à moradia, que todo cidadão deve ter e a todo cidadão deve ser garantido.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesse instante, quando uma comissão de moradores, mais o representante do Conselho das Associações de Moradores, do Presidente da Federação das Associações de Moradores de Membros de partidos políticos de oposição, estão tentando manter um novo contato, não só na Prefeitura Municipal de Curitiba, como também junto ao juízo da Segunda Vara da Justiça Federal, desta Capital, nos resta dirigir às autoridades deste Estado, desde o Prefeito que não se encontra - deve estar fazendo campanha política, obviamente. Mas também ao Governo do Estado, solicitando que o bom senso passe a nortear as ações de todos os governantes.

Sabemos nós do PMDB, que somente preparando-se uma política social de cunho popular, é que o Governo conseguirá evitar que os focos de tensão se proliferem. Multiplica-se hoje o drama de milhões de famílias, sem que soluções sejam encontradas. Por isso o povo, trabalhador, invade terras, faz a justiça com as próprias mãos e constrói na prática, o direito de moradia.

À polícia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazemos também um apelo, que não tome ações violentas, e que não agrave a situação das famílias dos terrenos da "Vila Formosa". E que nada mais contam para se defender, do que a alegação da existência do direito inalienável, de morar de comer, de trabalhar, de eleger seus representantes e de organizar-se.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que não estamos na tribuna para dar um simples apoio ou uma solidariedade muito superficial, fazemos na verdade, um pedido de reflexão de todos nós, porque ao conversarmos com alguns dos ocupantes da área de Vila Formosa, porque fomos chamados ontem emergencialmente, e nem sabíamos da ocupação acontecida no fim de semana.

Mas nos depoimentos que ouvimos, sentimos o drama e a tensão social que se multiplica não só em São Paulo e Porto Alegre, mas chega a Curitiba, que é exatamente o caso específico, daquele operário, do trabalhador, que em recebendo um salário - e isso víamos dos seis que ouvíamos o depoimento ontem, quatro trabalhadores, a maioria da construção civil, como serventes, ganhando um salário-mínimo ou um pouco mais, e que acabava-se diluído ao final do mês, quase 40 por cento do seu salário para pagamento de aluguel de duas ou três peças.

Muitos deles diziam, que estão com três meses atrasados. E que os proprietários dessas precárias residências, já estão acenando com aumento de 93 por cento agora em dezembro.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eis aí uma característica que nós devemos nos aperceber mais. Não se tratam de marginais, de delinquentes; não se tratam de pessoas que estão ocupando áreas, porque são maloqueiros, pessoas que não têm nenhum interesse na sua atividade profissional e nos cuidados familiares. São na verdade, víamos isto ontem e ainda hoje de novo, trabalhadores, que devido ao escasso salário, já não têm mais condições de retirar 40, 50 por cento do que ganham para o pagamento do aluguel.

E diante do atraso que já existe e da perspectiva de um aumento de quase 93 por cento, o que lhe resta? Restar pegar a sua família, as poucas coisas que possui e acampar, no pri-

meiro terreno baldio que encontrarem. Porque ao menos ali, terão perspectiva de ter, a mais precária moradia, mas sem o ônus do aluguel. Se nós não estamos ou não queremos estimular a ocupação de áreas, mas aí está o câncer social que vive hoje este País; não se fez reforma agrária, porque não existe uma política agrária no País, e daí o êxodo rural. Não se tem uma política séria no plano urbana - e aí o desencontro de termos em plenas capitais, áreas às vezes acima de 8 ou 10 alqueires, desocupadas, sem o imposto realmente forte, progressivo para torná-la inviável desocupadamente.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as ações dos moradores apenas representam o estado de necessidade destes ocupantes.

Será, pergunto eu, que o cidadão que saiu do interior tanguido pelo êxodo rural e que vem trabalhar na Capital, não falo nem do desempregado. O trabalhador ganhando salário, até dois salários-mínimos, consumindo até 30, 40, 50 por cento do salário para o pagamento da moradia. Qual dos Srs. que estão neste instante neste plenário, nessas circunstâncias, iria titubiar em talvez, fazer o que fizeram os moradores da Vila Formosa?

Mas, o caso existe, se as soluções são duas, um estrutural, que é exatamente a mudança da política fundiária urbana e também, a política fundiária rural, há também, soluções que precisam ser acionadas, como por exemplo, que a Prefeitura Municipal de Curitiba, que o ilustre Secretário dos municípios até pouco aqui elogiado de maneira até estranha, pomposa e surpreendente, utilize dos seus mecanismos para até se não tiver outra saída, promover um acampamento temporário, sem direito à posse, um compromisso firmado pelos ocupantes, para se procurar uma solução que ela não é a curtíssimo prazo, que o Governo pode fazer, isso Ney Braga pode agir, nisso talvez, Jaime Lerner em vez de fazer propaganda da sua candidatura, deveria estar se preocupando, porque, há pouco saímos da Prefeitura, fomos junto à comissão e o Prefeito está numa cidade do interior e parece que ele é Prefeito também, de Guarapuava, porque ele foi para lá.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por estas e outras razões, é que nós entendemos a premência, repito, existem soluções que são estruturais e, portanto, a longo prazo. Mas, existem aquelas medidas conjunturais, emediatistas, que podem ser tomadas aqui e agora.

Porque, a própria área em litígio a dezenas de anos, tem como um dos pretendentes, a Caixa Econômica Federal.

Mas, acima de tudo, já que existe uma ação judicial e nós do PMDB, embora tenhamos restrições ao Poder Judiciário pelos seus comprometimentos, pela própria lei civil em espécie, que acima de tudo é uma lei extremamente tendenciosa, porque de uma visão de um capitalismo extremamente selvagem transformou a propriedade num bem de capital e na verdade num bem de reserva.

Mas, há uma sentença do juiz, uma liminar, ontem efetivada, mas, nós não podemos ficar esperando a justiça que já se definiu e que requereu a força policial para executar a sua sentença eliminar. Mas, nós não podemos de braços cruzados, esperar que aconteçam violências.

Por isso, o apelo para soluções imediatas como estas que falamos, de um acampamento em outra área do Estado da Prefeitura, sem compromissos possessórios até que se possa encontrar uma solução, um outro encaminhamento para essa tensão social que é de alguns, mas, que aos poucos chega até nós.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Ilustre Deputado Nelson Friedrich. Acompanhando com atenção o belíssimo pronunciamento de Vossa Excelência, não poderíamos deixar de nos incorporar a ele, pelo menos tentar.

É realmente inacreditável, ilustre Deputado, que em dias como hoje, presenciemos fatos, como os de hoje, numa cidade como Curitiba, Capital de Estado, que ainda existam áreas da dimensão como essa que foi ocupada pelos moradores de Vila Formosa.

Isso revela o que? Revela a necessidade urgente de que a Revolução, de que este Governo, volte os seus olhos, definitivamente, para os problemas sociais que estão se agravando dia a dia.

É o chamamento de atenção para os Poderes desta Nação, aos Poderes constituídos.

E lemos ainda, na imprensa, declaração de Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Dr. Jaime Lerner, em que declara que não tomaria atitude alguma porque o terreno não pertence à Prefeitura.

Ora, isso é fazer o papel de Pilatos. Porque, tenha a Prefeitura, ou não, o direito sobre a área, direito de posse, é um dever, não só do Prefeito, mas do Prefeito como governante, de tomar um partido, seja ele qual fôr, mas tomar uma atitude, não ficar em cima do muro.

E estranho que Vossa Excelência tenha afirmado que o Prefeito Jaime Lerner tenha ido a Guarapuava. Talvez tenha. Talvez tenha ido até lá para aprender como se ganha uma eleição.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

E o episódio de Guarapuava talvez sirva para o Prefeito tomar uma atitude em favor do povo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento subscrito por 20 Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a votação em plenário das emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 110/81 - Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1982, de n.ºs 01 a 38. — **Deferido** — Junte-se ao projeto de lei, as citadas emendas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 40 Srs. Deputados.

Há “quorum” para deliberação.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. —

Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio.

— **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 23/80, que declara de utilidade pública a Creche “Ana Lopo Canet”, com sede e foro na Cidade de Conginhas. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 23/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Creche “ANA LOPO CANET”, com sede e foro na Cidade de Conginhas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

DEL CIEL — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 163/80, que declara de utilidade pública a “Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo”. — **FUMEST.** — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 163/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE TOLEDO — FUMEST, com sede e foro na Cidade de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

DEL CIEL — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 93/81, que altera a lei n.º 6047, de 11 de junho de 1973 (Fundação IPARDES). — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 93/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica alterada a denominação de “Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES” para “INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPARDES — FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA”.

Art. 2.º — O artigo 6.º, da Lei n.º 6047, de 11 de junho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6.º — O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído pelo titular da Secretaria de Estado do Planejamento, que o presidirá, e pelo presidente da Fundação, como membros

natos, além de 3 (três) outros membros nomeados pelo Governador do Estado, sendo um representante da Universidade Federal do Paraná, oriundo de área afim à Fundação, um da Associação Comercial, e um da Federação das Indústrias do Paraná”.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
DEL CIEL — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 103/81, que declara de utilidade pública a “Guarda Mirim de Umuarama”, com sede e foro na Cidade de Umuarama. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 103/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a GUARDA MIRIM DE UMUARAMA, órgão componente da Associação Regional de Assistência ao Menor, com sede e foro na Cidade de Umuarama.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;
DEL CIEL — Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/81, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o “Sindicato Rural de Jataizinho”, com sede no Município de Jataizinho. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Sociedade Beneficente Casa de Misericórdia de Cambará”, com sede na Cidade de Cambará. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que denomina “Rodovia Italo Orcelli”, a estrada que liga a sede do Distrito de Cafezal, Município de Iporã à Cidade de Pérola, PR-458. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/81, de autoria do Deputado GILBERTO R. CARVALHO, que declara de utilidade pública o Movimento Ecológico “Os Filhos Livres da Natureza”, com sede na Cidade de Piraquara. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Mestres Santa Izabel” da Escola Dirce de Aguiar Maia, com sede e foro na Vila Santa Izabel, na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 108/81), que

objetiva majorar, a partir de 1.º de janeiro de 1982, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Serviço Público Civil do Estado e dos integrantes da Polícia Militar. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. —

Sobre o projeto, emenda de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. —

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro que determine a leitura da emenda.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da emenda na íntegra.

(É procedida a leitura da emenda). *OK Sylvano*
“Emenda ao Projeto de Lei n.º 128/81.
Onde couber.

Art. 5.º — Fica suprida a parte final do artigo 5.º, vigente em 1.º de janeiro de 1982.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.”

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar) — O nosso objetivo ao fazer a leitura do projeto do Executivo é mais no sentido de suprir o que poderia ser desnecessário, porque todo o projeto ao seu final diz que a lei entrará em vigor a partir de janeiro de 1982 e especifica no artigo 5.º, exatamente a mesma coisa. Portanto, fazendo uma repetição.

Por essa razão, a emenda que propusemos no sentido de fazer essa supressão por entendermos sê-la desnecessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Faz soar os tímpanos. (Tumulto no plenário).

Está suspensa a sessão por alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a sessão.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, tão somente para concluir.

Obviamente as questões ambientais não permitiam que assim ocorressem antes, digo que o nosso objetivo tão somente, é de dar à própria interpretação posterior da lei e portanto ao texto legal, um dimensionamento mais claro.

E assim, suprimindo-se aquilo que já consta ao final da lei, para não torná-la repetitiva até por ser uma determinante da melhor técnica legislativa.

É este só o nosso objetivo e portanto essa emenda embora precariamente elaborada, porque estivemos lendo atentamente o projeto já que diz respeito aos interesses de amplos setores do funcionalismo público deste Estado e que merece de todos nós a melhor observação e a maior cautela. Em nome da melhor técnica jurídica e da melhor interpretação do texto da lei, o nosso objetivo de evitar o que se pode suprir e que venha constar especialmente do texto legal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação a emenda.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A emenda proposta pelo Deputado Nilton Friedrich ao artigo 5.º, da matéria que está sendo objeto de votação neste momento, quer me parecer desnecessária, porque a redação original desse artigo 5.º, atende ao acordo feito entre o Poder Executivo e as Lideranças do magistério do Estado do Paraná.

É exatamente de acordo com essa redação, Sr. Presidente e mais, com a complementação da referência de classe, que nenhum professor do Estado do Paraná perceberá, a partir de 1.º de janeiro do próximo ano, menos de trinta mil cruzeiros.

Entendemos, por conseguinte, que a redação da mensagem original é perfeitamente correta e prescinde de qualquer tipo de emenda. E faço questão de reiterar que especialmente essa redação atende ao espírito do entendimento entre o Governo do Estado e as Lideranças do magistério do Paraná, e mais, com a participação da Comissão de Educação desta Casa, porque esse entendimento foi encontrado numa das reuniões da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Paraná.

Então, nós entendemos ser uma emenda rigorosamente desnecessária.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a emenda de Plenário. — Rejeitada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Requeiro de Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

8 Srs. Deputados aprovam; 30 Srs. Deputados o rejeitam. — Rejeitada a emenda.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 109/81), que objetiva aumentar os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto foram apresentadas duas emendas de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Requeiro a Vossa Excelência que determine a leitura das emendas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário a leitura, na íntegra, das emendas apresentadas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Lê a emenda n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 129/81.

EMENDA N.º 1

ao Projeto de Lei n.º 129/81

O Art. 1.º fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, elevar em até 10% (dez por cento) sobre os vencimentos básicos dos respectivos cargos, as verbas de representação instituídas pelas Leis n.ºs 7442 e 7443, ambas de 29 de dezembro de 1980”.

Sala das Sessões, em

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Apoioamento:

Francisco Escorsin, Basílio Zanusso, Luiz Alberto de Oliveira, Tércio Albuquerque e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão de § único ao art. 1.º do Projeto de Lei n.º 129/80, ora em discussão nesta Casa de Leis, objetiva atualizar os valores da verba de representação de que tratam as Leis n.ºs 7442 e 7443, ambas de 29 de dezembro de 1980, para compatibilizá-los às necessidades dos detentores dos cargos mencionados nas referidas leis, em razão da natureza das atribuições por eles exercidas.”

(Lê):

“EMENDA N.º 2

ao Projeto de Lei n.º 129/81

O artigo 1.º, fica acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 1.º

“§ — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto e observadas as limitações orçamentárias, conceder aos Membros da Magistratura e do Ministério Público, a Conselheiros, Auditores e Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, no mês de agosto de 1982, antecipação parcial do aumento anual de vencimentos que for previsto para vigorar em 1.º de janeiro de 1983”.

Sala das Sessões, em

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Apoioamento:

Jurandir Messias, Del Ciel, Werner Wanderer, Luiz Alberto de Oliveira e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n.º 128/81, ora em tramitação, que trata do reajuste de vencimentos do pessoal do Poder Executivo, apresenta em seu bojo, um dispositivo com a seguinte redação:

“Art. 13 — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto e observadas as limitações orçamentárias, conceder ao funcionalismo, no mês de agosto de 1982, antecipação parcial do aumento anual de vencimentos que for previsto para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1983”.

Nada mais se pretende, portanto, do que se dar tratamento idêntico aos Membros da Magistratura e do Ministério Público, bem como aos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) — Requeiro de acordo com o Regimento Interno que essas emendas tenham anuência da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que uma delas é declaradamente anticonstitucional, pois altera despesas, apesar de ser autorizatória, uma maneira sutil de não dizer nada.

Então, regimentalmente requeiro que tais emendas, para que não sejam inquinados amanhã ou depois de inconstitucionais, tenham uma audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, não há procedência no requerimento do nobre Deputado Deni Schwartz, porquanto é uma mera questão de equidade, porque o Governo do Estado antecipa e já há um protocolo firmado, inclusive com a Associação dos Professores e com a Associação dos Funcionários Públicos, visando a antecipação de parcelas do aumento a ser concedido em janeiro de 83, para agosto de 82, inclusive a parte integrante do acordo estabelecido entre a Cúria Metropolitana, a Associação dos Professores e o Governo do Estado para cessar a greve do magistério.

Como todos são iguais perante a lei, se está apenas estabelecendo a equidade também a este segmento do funcionalismo do Estado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse ao Plenário que eu entendi que uma das emendas atribui até dez por cento dos vencimentos a representação.

E representação se não estou enganado cabe apenas aos Srs. Magistrados, aos Srs. Juizes do Tribunal de Contas e por aí.

Tanto que por lei é proibido inclusive representação ao Sr. Presidente desta Assembléia, que tem se não me engano uma representação de quarenta cruzeiros, que está congelada.

Portanto, é neste sentido e por alterar a despesa é que me parece que novamente, se isso não for para a Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão deveria fechar as suas portas. Porque se ela é justa, que se discute na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, foi melodramático o Deputado Deni Schwartz, aliás como ele sempre o faz nesta Casa.

Então para não se chegar ao cúmulo de fechar as portas da Comissão de Constituição e Justiça, concordo que Vossa Excelência retire da Ordem do Dia, apesar de estar em Regime de Urgência, se não me engano, retire da Ordem do Dia por 24

horas e a Comissão que se pronuncie dentro desse prazo.

Concordo com o requerimento formulado pelo nobre Deputado, para evitar o fechamento da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado Erondy Silvério e retira as emendas.

O projeto e as emendas vão à Comissão de Constituição e Justiça para emitir parecer sobre elas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas não interrompendo Vossa Excelência, há que se considerar votação de segundo turno para as emendas, porque o projeto foi aprovado. Então ele retomará a Ordem do Dia com votação já vencida em segundo turno e as emendas serão apreciadas em segundo turno, em segunda discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Por questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — A observação que acaba de fazer o Líder do PDS nesta Casa, parece-me que falece de procedência na medida em que altera substancialmente o próprio projeto e como o acessório segue o principal, o principal tem que se fazer também retomar na mesma proporção do acessório.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Fica retirado o projeto por uma sessão e será encaminhado à CCJ.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Gostaria que ficasse registrado nos Anais de que se for retirado o projeto, as emendas, por uma sessão, voltará na sessão de amanhã, com a votação em segundo turno das emendas.

Isto que queria que ficasse registrado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Já está registrado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/81, oriundo de parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 51/81, (Mens. Govern. n.º 57/81), que aprova os convênios celebrados em 10/07/81 pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com os Municípios de Janiópolis e Rolândia, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nos referidos municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/81, oriundo de parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 54/81, (Mens. Govern. n.º 60/81), que aprova o convênio celebrado em 01/07/81 pelo Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Petróleo Brasileiro S.A. —

PETROBRÁS, objetivando o fornecimento de materiais betuminosos, para aplicação em obras de pavimentação, no Sistema Viário do Estado do Paraná. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 78/81, oriundo de parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 64/81, (Mens. Govern. n.º 56/81), que aprova os convênios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nos municípios citados. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/81, oriundo de parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 80/81, (Mens. Govern. n.º 86/81), que aprova o termo de cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 20/07/81 entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São João do Triunfo, objetivando a execução de obras no Terminal Rodoviário daquele município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 89/81, oriundo de parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita do Município de Palmital, a fim de que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Altamira. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/81, de autoria do Deputado DEL CIEL, que revoga o art. 2.º, da Lei n.º 6697, de 23 de julho de 1975 (Norma impondo as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, na doação de um terreno ao Município de Telêmaco Borba). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 17/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica revogado o Art. 2.º, da Lei n.º 6697, de 23 de julho de 1975.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1981.

(a) DEL CIEL.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se revogar o dispositivo da citada Lei n.º 6697, de 23 de julho de 1975, que contém norma impondo as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, na doação de um terreno ao Município de Telêmaco Borba.

Ocorre que, na verdade, essa doação é parte de uma permuta com o município em questão, o qual também doou área ao Estado, porém sem as referidas cláusulas.

Nestas condições, como em permuta não cabe a inserção de tais reservas, porquanto houve bilateralidade (cf. Lei n.º 289, de 29/11/73, do Município de Telêmaco Borba), e, ainda, para facilitar a utilização da área em pauta para objetivos mais condizentes com as necessidades daquele município.

A documentação anexa esclarece o que porventura não

ficou satisfatoriamente explicado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 17/81

PARECER

O nobre Deputado Del Ciel pretende revogar o Art. 2.º, da Lei n.º 6697, de 23 de julho de 1975 e, por esse meio, dispensar as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade que gravam o imóvel doado ao Município de Telêmaco Borba.

Sem ingressar no mérito, é bastante acentuar que a iniciativa tem amparo constitucional e se reveste de juridicidade.

Quanto à forma, ela se harmoniza com os quesitos regimentais específicos.

Assim, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1981.

(aa) LINEU TURRA — Presidente;

FIDELCINO TOLENTINO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/81, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR E OUTROS, que declara de utilidade pública a “Liga Regional de Futebol de Cascavel”, com sede na respectiva cidade. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 12/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL, com sede e foro em Cascavel-Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1981.

(a) EDILSON ALENCAR — Presidente;

DAVID CHERIEGATE — Relator.

JUSTIFICATIVA:

Declarar de utilidade pública a Liga Regional de Futebol de Cascavel é sem dúvida alguma do maior significado não somente para o futebol da Cidade referida mas todo o Oeste do Estado.

A finalidade da entidade que se deseja declarar de utilidade pública é dirigir e representar o futebol amador na Cidade de Cascavel e na região determinada pela Federação Paranaense de Futebol, bem como, fomentar a prática deste esporte como ramo importante da cultura física zelando sempre pelos sadios princípios do amadorismo paranaense.

Portanto, por achar que todas as reivindicações em prol do futebol são justas e necessárias é que apresentamos projeto de lei que declara de utilidade pública a “LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE CASCAVEL”, esperando que o mesmo encontre acolhida nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 12/81

PARECER

O presente plano de lei, da lavra dos eminentes Deputados Edilson Alencar e David Cheriegate, objetiva a declarar

de utilidade pública a "Liga Regional de Futebol de Cascavel".

Cumprida a diligência determinada e sanadas as falhas apontadas, somos favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de março de 1981.

(aa) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 117/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 101/81), que estabelece medidas para contratação de empréstimos ou financiamentos externos pela Administração Direta ou Indireta do Estado, no período de 1981 a 1983, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 117/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º – Fica o Poder Executivo, através da administração direta ou indireta, autorizado a, no período 1981 a 1983 inclusive, contratar empréstimos ou financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) para fazer face a despesas com execução de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas à programação contida em orçamentos anuais e plurianuais, especialmente na realização do Programa de Apoio aos Pequenos Núcleos Urbanos.

Parágrafo único. Para as operações de crédito referidas neste artigo, a presente autorização não dispensa o Poder Executivo da obtenção da anuência expressa do Senador Federal nos casos em que tal formalidade for exigida por dispositivo constitucional.

Art. 2.º – A execução do disposto no artigo 1.º poderá efetivar-se em uma ou mais operações, em qualquer data, e com uma ou mais entidades financeiras ou fonecedoras.

Art. 3.º – Os prazos de amortização e carência, os juros e taxas adicionais e comissões referentes aos empréstimos ou financiamentos a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e às exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 4.º – O Poder Executivo incluirá no Orçamento Anual, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida contratada e a contratar.

Art. 5.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

Vem a exame desta Comissão de Constituição e Justiça, projeto de lei, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Estadual, pleiteando autorização para contratar empréstimos externos, através da Administração Direta e Indireta, até o equivalente a US\$ 100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE DÓLARES dos Estados Unidos da América do Norte), no período de 1981 a 1983, inclusive, para fazer frente às despesas previstas nos orçamentos anuais e plurianuais, especialmente ao Programa de Apoio aos Pequenos Núcleos Urbanos.

Conforme a exposição de motivos anexa ao anteprojeto de

lei, os recursos serão destinados a programas de trabalho e projetos previstos nos orçamentos da Administração Direta e Indireta.

Os recursos da presente proposição serão destinados à complementação dos programas em andamento nas áreas de rodovias alimentadoras, implementação de sistemas de saneamento e abastecimento da rede Oficial de ensino e outras aplicações na área educacional e na aceleração de programas de saúde e assistência médico-hospitalar.

Do montante global da autorização para empréstimos externos solicitada, uma parcela ponderável será destinada especialmente ao Programa de Apoio aos Pequenos Núcleos Urbanos, cujos entendimentos preliminares já foram mantidos com o Banco Nacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Esse programa prevê o desenvolvimento de modo integrado e combinado de projetos que representam a conjugação de esforços dos governos municipais e do Estado e que contemplam basicamente aplicações nas áreas de pavimentação, equipamento urbano, infra-estrutura, esporte, recreação e cultura, área verde, habitação, educação e saúde, estradas municipais. Esses benefícios serão estendidos a 271 municípios paranaenses.

Conforme a mensagem, a implementação de programa desta natureza se constitui em importante medida governamental que visa dotar os pequenos núcleos urbanos de condições e equipamentos capazes de minorar os efeitos e evitar o agravamento dos desequilíbrios advindos das crescentes migrações internas que estão ocorrendo no Paraná, no sentido campo-cidade.

Com relação ao endividamento do Estado do Paraná, as informações enviadas pelo Poder Executivo nos indica a seguinte situação:

- a) Em 31.07.81, o saldo devedor da dívida pública fundada do Estado do Paraná era de Cr\$... 35.640.601.829,70 (trinta e cinco bilhões, seiscentos e quarenta milhões, seiscentos e hum mil, oitocentos e vinte e nove cruzeiros e setenta centavos), distribuídos em Cr\$ 29.964.942.000,00 de dívida externa (equivalente a US\$ 291,8 milhões) e Cr\$ 5.675.659.829,70 de dívida interna, correspondendo em seu montante global a sessenta por cento da receita tributária prevista para o atual exercício orçamentário.
- b) O serviço da dívida pública para o exercício de 1982, conforme valores constantes da proposta orçamentária encaminhada a este Poder Legislativo indicam que o Estado do Paraná deverá pagar no próximo ano, Cr\$ 13,6 bilhões, entre juros e amortização de empréstimos (equivalente a US\$ 60,0 milhões). Este valor correspondente ao serviço anual da dívida (Cr\$ 13,6 bilhões) equivale a 11,8 da receita tributária, prevista em Cr\$ 115,2 bilhões para o ano de 1982.
- c) Com relação à contratação de empréstimos no atual período governamental, as informações indicam que, de 15.03.79 até 31.12.81, o Governo do Estado do Paraná deverá ter recebido de empréstimos externos o equivalente a US\$ 193,0 milhões. Em contrapartida, neste mesmo período terá efetuado pagamento de dívida externa no montante equivalente a US\$ 173,1 milhões.

Entendemos que essa posição demonstra um adequado equilíbrio entre a tomada de empréstimos e os pagamentos efetuados, pois a diferença é compatível com o crescimento da receita tributária do Estado.

Acrescente-se ainda que, os valores apontados pelo Poder Executivo indicam que se busca manter um perfil de endividamento com prazos de carência e amortizações cujo serviço da dívida anual resultante (juros mais principal) não seja superior a 15 por cento das receitas tributárias anuais previstas.

Tendo em vista que a esta Comissão cabe examinar a matéria sob o prisma constitucional, informados que a iniciativa do projeto de lei está amparada no disposto no Art. 25, § 1.º, alínea "a" da Constituição do Estado do Paraná, onde estabelece que é da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre matéria financeira. A matéria é também regulada pelo Art. 21, inciso 3º da Constituição Estadual, cujo dispositivo é o seguinte:

"Art. 21 — compete à Assembléia Legislativa com a sanção do Governador:

III — Dispor sobre a dívida pública estadual e autorizar a abertura de operações de crédito".

Salientamos que após a apreciação desta Assembléia Legislativa, o Estado do Paraná deverá obter ainda autorização do Senado Federal para contratar as referidas operações de crédito, observando para tanto, o disposto no inciso IV, do Art. 42 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Face ao acima exposto, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto de lei em causa.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1981

(aa) FIDELCINO TOLENTINO — Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

Ao Projeto de Lei n.º 117/81

De autoria do Poder Executivo, vem a esta Comissão de Finanças, para exame, o presente projeto de lei, que, em síntese pretende a competente autorização legislativa à contratação de empréstimos externos no valor de cem milhões de dólares.

Não obstante a extensa e bem colocada justificativa, onde se manifesta seu embasamento legal, é de ser notado que a matéria encontra perfeito amparo, no aspecto financeiro, já no Orçamento Geral do Estado que prevê, expressamente, a possibilidade da efetivação de operações de crédito necessárias a manutenção da compatibilidade da receita com as despesas.

Ademais, o endividamento externo do Estado, mantém-se dentro dos parâmetros exigidos pelas disposições legais pertinentes, não atingindo a plataforma dos vinte por cento permitidos.

Frise-se, ainda, que a par do endividamento, a política financeira do Paraná encontra-se em perfeita estabilidade, vez que, empréstimos anteriores, de natureza externa, tem sido saldados com a necessária presteza e regularidade.

Assim, acrescentando-se a relevância do alcance social e econômico da medida, está o projeto a merecer integral acolhimento, pelo que opinamos de maneira FAVORÁVEL à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1981.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO,

Presidente;

Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para discutir).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos inicialmente dizer que iremos discutir este projeto sem pretensão alguma político-partidária. Queremos inclusive reconhecer, neste momento, que deste empréstimo de cem milhões de cruzeiros, provavelmente e até dificilmente o atual Governador, o atual Executivo, poderá dispor talvez sequer de 10%.

O novo Governo a se instalar em 83 é que terá a sua disposição na ordem de 90 milhões de dólares, para suas aplicações.

Portanto, inicio dizendo que não subimos à tribuna para discutir se este dinheiro vai ser empregado pelo atual Governador, ou pelos Governos, ou pelo Governante que virá após 83.

Subimos à tribuna para chamar a atenção da Casa e para chamarmos a atenção do Paraná sobre o problema da filosofia do endividamento de nosso Estado.

Tivemos oportunidade ontem de ouvir atentamente uma explanação excelente do Sr. Secretário de Finanças a respeito disto. Srs. Deputados, levantamos na oportunidade um fato relacionado com o problema nacional, todos os Srs. Deputados sabem e são conhecedores que para pagar a dívida externa do Brasil, há necessidade de aportarem para este País, dólares, para pagarmos a nossa alta dívida internacional.

Tanto isto é verdade, Srs. Deputados, que o Governo Federal vem, artificialmente, mantendo altas taxas de juros nos empréstimos internos, para que compense a iniciativa privada e as empresas estatais, irem ao mercado internacional.

Ocorre, Srs. Deputados, e queremos fazer aqui um reconhecimento, que entre os Estados da Federação, um dos poucos que ainda tem capacidade de endividamento, é o Estado do Paraná.

E ficamos e aí começam as nossas dúvidas, se esse tipo de empréstimo está sendo feito para beneficiar o nosso Estado, o nosso povo, tanto que as suas finalidades são nebulosas, nós não temos maneira de saber o que será feito efetivamente, do dinheiro, então fica em nosso conceito o fato de não sabermos se não estamos sendo estimulados a endividar um Estado, que ainda tem capacidade de endividamento.

Srs. Deputados, tenho em mãos uma palestra feita pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Finanças, em fevereiro de 1980, com dados dos últimos 10 anos. Então vejamos o que está ocorrendo no perfil de produção, no perfil de arrecadação e no perfil de despesas, do nosso Estado.

Vejam, os Srs. Deputados o seguinte: dos sete principais produtos paranaenses, produzimos em 1961, cinco milhões e quatrocentas mil toneladas. Em 1980, último dado daquela palestra, esta produção passou para quatorze milhões, setecentas e sessenta e nove mil toneladas. Tivemos um acréscimo quase que três vezes em toneladas, da nossa produção, dos sete principais produtos paranaenses.

Num outro quadro, o Sr. Secretário nos demonstra que enquanto praticamente multiplicamos por três a quantidade de toneladas de grãos produzidas no Paraná, se nós tomarmos um índice 100, em 1961, o valor dessa produção, em 1980, em números já corrigidos, três vezes mais em toneladas, representou apenas um acréscimo de 26% no seu valor. Isto quer dizer, Srs. Deputados, que produzimos três vezes mais, mas o valor dessa produção, em função da política nacional, para os produtos que nós, o Estado do Paraná, produz, o valor cresceu apenas 26,6%. Ou seja, as arrecadações do nosso Estado e basicamente mais de 60% são oriundas do ICM, foram calculadas neste valor da produção, de apenas 26,6% a mais. Isto demonstra bem que nos últimos anos, por uma política da economia nacional, o produto paranaense está perdendo o valor. E principalmente, é bom que se diga, porque em 61 pesava muito o café que tem um valor muito grande, e em 80 a soja, o trigo, enfim, com a queda do café, esses produtos de menos valor é que pas-

saram a valer. Mas os reflexos na economia paranaense, nas nossas arrecadações é lógico, se fizeram presentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos a um outro dado muito importante desse mesmo trabalho. Enquanto em 1973, diga-se de passagem, como mostrarei posteriormente, o Estado do Paraná, de 1970 para cá, só não tomou empréstimo no Exterior, ou internamente, duas vezes: em 72 e 73, quando era Governador o Sr. Parigot de Souza.

Em 1973, exatamente no ano em que não tomamos empréstimo, o ICM gerado dentro do Paraná, por paranaenses, o ICM "per capita" era de um mil e novecentos e quarenta cruzeiros. E nos colocávamos entre os Estados da Federação, em quinto lugar.

Em 1979, esse ICM, "per capita" baixou para um mil e seiscentos e setenta cruzeiros, nos colocando em nono lugar, entre os Estados da Federação.

Se pegarmos os últimos três anos e compararmos o ICM "per capita" do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, veremos que, enquanto, em 1979, arrecadávamos praticamente o mesmo que o Rio Grande do Sul, hoje estamos arrecadando apenas 76% do que arrecada aquele Estado.

Srs. Deputados, são números, às vezes, se tomam monótonos, mas é uma tentativa de reestudarmos até a economia paranaense. E quando vamos estudar esse problema, num novo quadro constante desse trabalho — e aí podemos ver a política de endividamento do Estado, se é correta ou não, porque, enquanto o ano de 1973 foi um dos mais difíceis na produção agrícola e não tivemos, inclusive, não tivemos centavo algum de empréstimo, o que ocorreu com o Paraná?

No Governo do Sr. Parigot de Souza, tivemos, do Orçamento total do Estado, uma aplicação de 46% em pessoal. Em 1980, aplicamos apenas 44,9%.

Então, no ano de 1973, sem empréstimo algum, gastamos 2% a mais com pessoal.

Então, não se pode dizer que, naquele ano se gastou pouco, ou muito, com pessoal. Gastou-se mais que em 1980, com todos os empréstimos feitos.

Tive uma discussão com o ilustre Líder do PDS, que me alertou para o problema. Mas, "em 1973, não emprestamos dinheiro, mas não investimos nada. O Governo do Sr. Parigot de Souza não fez nada, pelo menos não investiu nada".

Mas, parecem que os números também desmentem isso: porque, em 1973, sem um centavo de empréstimo, o Estado gastou, do Orçamento, em capital, 28,5%. Enquanto que em 1980, com os empréstimos feitos, esse percentual foi de apenas 31,4%. Ou seja, praticamente, 3% a mais foram investidos no Paraná em 1980, do que em 1973!

Se gastamos mais em 73, com pessoal, se tivemos um investimento de apenas 3% mais em 1980, quando em 73 não tínhamos um centavo de empréstimo, há que se pesquisar se esses empréstimos estão sendo realmente benéficos para o Estado.

Então, vejamos ainda nesse quadro: quais as razões que levaram o Governo do Sr. Parigot de Souza a investir praticamente menos 3% menos do que em 80 e ter investido, inclusive mais, em pessoal.

E aqui há a resposta, também, neste bom trabalho do Sr. Secretário das Finanças, que deve ser interpretado. Acontece que, em 1973, tínhamos praticamente apenas um empréstimo que era o empréstimo efetuado no Governo Paulo Pimentel, para a Central do Paraná, e, naquela oportunidade, o Sr. Parigot de Souza teve de pagar, para amortizar a dívida, 1,5%, e, para os encargos e juros, 1,4%, o que totaliza 2,9% da arrecadação do Estado, apenas para pagar a dívida e o serviço da dívida. O que ocorreu em 1980?

Em 1980, o Governo Ney Braga teve de pagar 4,4% para amortizar a dívida já existente, e, 4,1% para juros e encargos da dívida, o que totalizou 8,5%. Portanto, Srs. Deputados, a

política de endividamento do Estado, me parece, data vênica, dos economistas que estudam os problemas econômicos do Paraná, deveria ser melhor discutida, porque, sem necessidade de emprestar dinheiro, num Governo se pode investir praticamente o mesmo que se investiu em 1980, porque em 1980, vejam bem, eu não estou fazendo crítica a um ou outro Governo, porque as dívidas pagas em 1980 não foram, obviamente, contraídas em 1980, foram contraídas anteriormente, mas, em 1980, tivemos de pagar 8,5% do total arrecadado e 1980, é bom que diga, foi o melhor dos anos em termos de arrecadação, dos últimos 20 anos, 1980 tivemos superavit no ICM, um superavit bastante razoável mas tivemos de gastar 8,5% do nosso orçamento para pagar a amortização e os encargos da dívida; se fizermos uma projeção para os anos seguintes e ao Sr. Secretário que nos demonstrou ontem, essa amortização e esse encargo de juro subirão até a 15% em 1983, baixando depois para 12%, portanto, maior do que foi em 1980. Parece que isto é pouco, mas, Srs. Deputados, se nós considerarmos o Paraná como temos de considerar e é o Sr. Secretário novamente quem o diz, que, agora, talvez até por um movimento psicológico do comerciante de café, temos que ter dinheiro em "open market" porque só no mês passado entrou quatro bilhões de cruzeiros de ICM, do café, e o Secretário teve de pôr em "open market" porque já sabe que no ano que vem não teremos café para vender porque o café está sendo vendido, todo, este ano, café que deveria ser vendido no ano que vem está sendo vendido neste ano, e, se nós considerarmos que o Paraná depende de São Pedro nós poderemos chegar, a partir de 1982, numa situação idêntica à do Brasil, porque vejam bem, Srs. Deputados, já a partir de 1981, todo o ICM arrecadado será gasto com custeio e pessoal, sobrando, para investimento no Estado do Paraná, simples e puramente as transferências do Governo Federal, para cá, então, o Estado já passou a ser administrado, na parte de investimentos, pela vontade do Governo Federal, a partir de 1981, e, a partir de 1983, poderemos correr o risco de passarmos a ser administrados como já está sendo administrado o Brasil, pela sua dívida externa. Teremos de fazer aqui no Paraná, investimentos, aqueles que lá fora se decidem. Esse é o perigo, que quero alertar nesta oportunidade.

Srs. Deputados, um dado importantíssimo e chamo a atenção da Bancada da Situação, porque é um dado, dado por um Secretário de Finanças do Governo. Nos quatro anos de Governo do Sr. Ney Braga, serão investidos no Paraná um bilhão de dólares — dados do Sr. Secretário — um bilhão de dólares serão investidos no Paraná. O Paraná nesse período irá buscar lá fora cerca de 300 e poucos milhões de dólares, 320 milhões em números redondos. Mas, terá de pagar dívida anterior na ordem de 270 milhões de dólares, ou seja, para um bilhão de investimentos no Paraná restarão líquidos dos empréstimos feitos e autorizados por esta Casa, sobrarão apenas 54 milhões de dólares. Para um bilhão, apenas 54 milhões, porque o restante que vem de fora é para pagar a dívida.

E volta o Sr. Secretário que já em 1979, em maio de 79 dizia o seguinte; ele admitia numa entrevista ao jornal "Voz do Paraná" admitia o seguinte: "realmente estamos contraindo dívidas para pagar as atuais". Então, não há nesses dois dados, não há como não admitir que realmente o Paraná está emprestando dinheiro para pagar dívidas. Porque aí demonstra a gravidade da situação.

Srs. Deputados, poderíamos falar se o que consta neste projeto é prioritário ou não. Poderíamos discutir aqui, se o terminal rodoviário da cidade de não aonde, numa cidade do interior paranaense é obra prioritária ou não. Poderíamos discutir aqui, se o calçamento de determinada cidade é prioritário ou não. Poderíamos discutir enfim, e não temos condições de discutí-lo porque afinal de contas, não temos o projeto que levou o Governo a pedir esse empréstimo não

temos em mãos. Poderíamos discutir essas prioridades. Mas, irei para aquilo que eu tenho em mãos para discutir, porque também não adianta apenas reclamarmos, sem mostrar onde estaria o dinheiro para pagar inclusive a dívida passada sem contrair novos empréstimos.

Esta Casa, a discussão do orçamento está levando a coisa como se discutir o orçamento fosse uma coisa corriqueira. Mas Srs. Deputados, quem aprovar este orçamento que está aí e, diga-se de passagem, é totalmente ilegal. Este orçamento, aliás não só este, mas todos os orçamentos mandados para esta Casa em 1979, 1980 e 1981 e o de 1982, são totalmente ilegais, porque não foram presididos pela aprovação nesta Casa por um plano de Governo conforme determina a lei, portanto, esses documentos são inócuos, já o são tendo em vista que o Sr. Governador por remanejar até 30% na verba. Trinta por cento da verba quer dizer que pode remanejar tudo.

Mas, não é só essa a inocuidade. Ele também legalmente é carente, porque não veio para a discussão e de acordo com a lei, toda a tramitação de como deveria ser feita essa discussão, não veio para esta Casa o plano de Governo para ser discutido. Mas, de onde tiraríamos o dinheiro para fazer as obras previstas neste plano?

Dez milhões de dólares que são pedidos para o ano que vem, que é o que o Sr. Secretário diz que virão, de cem apenas, dez virão o ano que vem, ou seja, cerca de 120 milhões de cruzeiros. Seria muito mais facilmente pinçados do próprio orçamento esses 120 milhões de cruzeiros. Bastaria Srs. Deputados, que na verba de divulgação oficial do Governo, do sub-programa de divulgação oficial, ao invés de aumentarmos de 170 milhões para este ano para 675 milhões o ano que vem, tirássemos 100 milhões e estaria resolvido. Está demonstrada a desnecessidade desse empréstimo. Para termos 10 milhões em mãos, Srs. Deputados, bastaria diminuir a verba de divulgação em 100 milhões de cruzeiros, 120 milhões de cruzeiros que é o preço do dólar hoje e não estaríamos aumentando a dívida do nosso Estado.

Srs. Deputados, para pinçarmos 100 milhões, 120 milhões de cruzeiros, para evitarmos este empréstimo para o ano que vem, bastaria que no sub-programa 020, Supervisão e Coordenação Superior, não aumentássemos como estamos aumentando na lei orçamentária de 707 milhões, para 2 bilhões, 640 milhões. Portanto, 3,7 vezes a mais. O que é Supervisão e Coordenação Superior, Srs. Deputados?

Supervisão e Coordenação Superior são os gastos exclusivamente feitos nos gabinetes e nas diretorias gerais das diversas Secretarias. Srs. Deputados, nós que tanto os homens do Governo como os homens da Oposição, que somos obrigados a estar mendigando muitas vezes o voto, temos a obrigação de explicar ao povo paranaense, que os gabinetes dos nossos Secretários de Estado tiveram este ano para o ano que vem, 3,7 vezes de aumento, enquanto para a educação, Srs. Deputados, esse aumento foi de apenas 2,2 vezes, ou seja, apenas se corrigiu monetariamente o dinheiro.

Por isso, Srs. Deputados, sem querermos aqui discutir até o que se fará com o dinheiro, chamamos a atenção da Casa que muito menos endividando o Estado, mas muito mais diminuindo as mordomias, diminuindo esta verba de divulgação oficial, diminuindo a verba do Teatro Guaíra que passa Srs. Deputados, passa de 60 e poucos milhões para duzentos e setenta e sete milhões. E Vossas Excelências sabem que os frequentadores do Teatro Guaíra, e nós não somos contra a cultura, mas que os frequentadores do Teatro Guaíra são poucas as pessoas porque poucas são as que têm capacidade inclusive de pagar os altos preços dos ingressos ao Teatro Guaíra.

E lá no Teatro Guaíra, na Fundação Teatro Guaíra, Srs. Deputados, para uma pequena elite este Estado vai gastar 277 milhões de cruzeiros, portanto, 2,7 vezes mais do que o empréstimo, os 10% do empréstimo que aportarão o ano que vem

neste Estado.

Srs. Deputados, critica-se a Oposição de que ela não apresenta soluções. Votarei pessoalmente, não sei a posição da minha bancada, contra este empréstimo por desnecessário, porque o dinheiro está dentro do orçamento. Basta que este orçamento seja digno dos paranaenses e não digno de uma minoria, uma minoria que está encastelada nas diversas Secretarias, uma minoria e vejam os Srs. Deputados do PDS, que amanhã usarão esse dinheiro, inclusive para poderem vir a assumir postos aqui ou na Câmara Federal.

É bom que se diga isso, porque eu tenho aqui Srs. Deputados a evolução dessas despesas; por exemplo, para Supervisão e Coordenação Superior, os Senhores Secretários que elaboraram o Orçamento não viram necessidade de apenas alterar a inflação. Passou de 1980, de 425 milhões para 707. Portanto, se corrigiu apenas a inflação. Mas de 81 para 82, ano crítico, não apenas para os homens da Oposição mas para todos os Parlamentares, isto passa de 707 milhões para 2.640 (dois milhões seiscentos e quarenta).

E lá dentro das Secretarias, dos Gabinetes das Diretorias Gerais, lá estarão feitos Comitês com o fácil, mas muito custoso ao mesmo tempo dinheiro do suor do paranaense.

E esta Assembléia, se aprovar isso que está aí não só estará cometendo novamente uma ilegalidade, mas estará também dando poderes para que essas verbas sejam gastas na campanha eleitoral do ano que vem. O que justifica Srs. Deputados, por exemplo que na divulgação oficial, em 1980, tivesse 92 milhões de cruzeiros — em 81, 170, portanto uma correção de apenas a inflação. Mas quando chega no ano de 1982, essa importância de 170 milhões passa para 675 milhões, aumentando quatro vezes.

O Paraná precisa ficar sabendo disso, porque há irresponsabilidade e não há necessidade de dinheiro de fora. Porque esse dinheiro de fora, Srs. Deputados, talvez amanhã, a partir de 1983 e não porque vai mudar o Governador não, mas a partir de 1983 e os dados estão aqui, a dívida do Paraná passará a administrar o nosso Estado.

Srs. Deputados, votamos contra este empréstimo, porque votamos contra a política do Sr. Delfim Neto, que está a endividar aqueles que ainda não o estejam, na busca de dólares. Na hora de pagar a Central do Paraná, onde está o pagamento? Só o pagamento da Central do Paraná seria superior a este empréstimo, mas o Governo está preferindo ir no "canto da sereia" do Sr. Delfim Neto e ir buscar dólares para pagar a dívida externa de nosso País.

Por isto, sem entrar no mérito dos planos, sem entrar quem vai usar desta verba, repito, uma boa parte dela será usada em Governos posteriores, mas com a convicção de que estamos emprestando dinheiro para pagar dívidas, com convicção de que esta dívida irá administrar o Estado dentro de muito breve e, principalmente com a convicção de que o Estado do Paraná não está exigindo os seus direitos. Está aí o caso da Central do Paraná, numa importância superior a este empréstimo. O Estado do Paraná não está exigindo uma reforma tributária e está produzindo mais e recebendo menos; porque a produção paranaense está diminuindo em valor absoluto, enquanto que a produção em quantidade está aumentando.

Se o Paraná não gritar sobre isto, dentro de pouco tempo estará sendo administrado pela sua dívida e não pelos seus homens.

Termino afirmando o que afirmou o Deputado Antônio Facci em seu relatório, quando examinou o orçamento de 1979. Depois de mostrar suas preocupações sobre a dívida paranaense, isto em 1979, disse: — Como iremos pagá-las? E leio o que dizia o Deputado em seu relatório: utilizando-se os números constantes nas propostas, é de pressupor que no final de 80 estaremos com os valores de hoje não corrigidos, com uma dívida em torno de dez bilhões de cruzeiros.

E o Deputado Antônio Facci se preocupava, e com muita razão naquela oportunidade, de como o Paraná iria pagar esta dívida.

Agora pergunto aos Srs. Deputados: como iremos pagar esta dívida, se no final de 1980 a previsão não coincidiu com o que previu o Deputado Antônio Facci, — e a nossa dívida já atingia 22 bilhões de cruzeiros? Agora, em julho deste ano, esta mesma dívida, segundo está na Mensagem do Governador, atinge 37 bilhões de cruzeiros.

Srs. Deputados, para ser mais preciso, a dívida no Estado do Paraná, no dia 31 de julho de 81, é de 35 bilhões, 640 milhões, 601 mil cruzeiros.

Uso as palavras do ilustre Deputado Antônio Facci. Preocupamo-nos como pagaremos esta dívida, principalmente por estarmos num Estado que, contrariamente até o que afirmamos aqui na tribuna, não é totalmente exportador, porque se exportamos para o exterior, exportamos mais do que recebemos do exterior, em compensação estamos comprando muito mais, no mercado brasileiro, do que exportamos para este mercado. Na soma, o Paraná é deficitário. É deficitário, — diz muito bem o Sr. Secretário de Finanças, porque o Paraná não achou o seu caminho ainda sequer de produzir sapatos. Não produzimos nem a nossa roupa. Importamos tudo. Portanto diz muito bem o Sr. Secretário, estou usando seus números e suas palavras, para demonstrar que não está se discutindo com profundidade o problema da economia paranaense e, nesta discussão superficial, está sendo muito mais fácil correremos ao mercado de empréstimos, nós que temos capacidade de endividamento, mas não sabemos se amanhã teremos capacidade de pagamento.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, inicialmente neste breve aparte que quero fazer a Vossa Excelência, quero cumprimentá-lo pela forma como se conduz na tribuna ao fazer uma análise da economia do Paraná, principalmente sobre as finanças do Estado do Paraná. Solicitei este aparte a Vossa Excelência apenas para dizer que discordo dos números levantados por Vossa Excelência na tribuna, quando se atém especificamente ao valor da dívida exposta na Mensagem deste Projeto de Lei 117/81, quando diz na Mensagem que a nossa dívida é de 37 bilhões.

Essa é a dívida líquida, eminente Deputado; é a dívida dos valores já contraídos. Mas para nós, membros deste Poder, temos que analisar a dívida do Estado, o principal, os juros, e encargos e mais os valores que nós já demos autorizações de empréstimos de contratos que já foram formulados, mas cujas importâncias ainda não entraram no Caixa do Tesouro do Estado.

Então, para fazer uma análise efetiva da dívida, nós temos é que computar esses valores. E para mim, esses valores computados, os juros e encargos e os contratos já formalizados, mas cujas importâncias ainda não entraram na caixa do Tesouro do Estado do Paraná, chegam perto da ordem de 100 bilhões de cruzeiros.

Porque, eminente Deputado, como já tenho repetido outras vezes, e Vossa Excelência também deve ter repetido, a continuar esses empréstimos, sem uma finalidade específica, e principalmente neste empréstimo de 100 milhões de dólares, a sua finalidade é essencialmente eleitoreira, nobre Deputado. A continuar, o Estado do Paraná a contrair estes empréstimos vultosos, as futuras administrações estarão seriamente comprometidas. Não que aqui a gente queira já fazer uma desculpa por antecipação se o PMDB chegar no Poder, absolutamente, temos que discutir acima de fatos, e os fatos estão aí a mostrar que a política econômica posta em prática, pelo Poder Central, no seu afã de equilibrar a balança de pagamentos, corre ao Exterior em busca de dólares. E eu particularmente tenho uma visão de que não podemos continuar nesta

política de buscar recursos no mercado externo. Temos é que descobrir o mecanismo, até com lançamento de obrigações do Tesouro do Estado, para aqui se fazer com que a poupança seja carreada dentro do mercado interno e seja levada aos cofres do Tesouro do Estado. Quer dizer, que aqui seja gerada a riqueza e não ir se buscar dólares e depois se mandar juros e mais a correção cambial para os banqueiros internacionais.

Isto faz parte, para mim, eminente Deputado, de um esquema pré-determinado do Poder Central, é que mancomunado com o capitalismo internacional, expoliador.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo o aparte ao Deputado Trajano Bastos e depois ao Deputado Gernote Kirinus, que já me haviam solicitado.

O Sr. Trajano Bastos — Ilustre Deputado Deni Schwartz, inicialmente, permita-me louvar o magnífico trabalho que Vossa Excelência desenvolveu encima desta matéria.

Tão grave é o problema, ilustre Deputado, do endividamento externo, tanto do País como do Estado, usando uma expressão bem campeira, mas que reflete perfeitamente a realidade que se encontra o nosso País nesse terreno, parece que as coisas e se inverteram totalmente. Ao nível em que se encontra o endividamento externo brasileiro, as coisas mudaram tanto que nos parece que daqui para frente, não será mais o cachorro que abanará o rabo, mas o rabo passará a abanar o cachorro.

Quanto à filosofia do endividamento que Vossa Excelência tão bem enfocou, é bom que fique bem claro o seguinte: que na palestra do Sr. Secretário, nesta Assembléia, muito embora tenha sido brilhante, ficou um tanto nebulosa, quanto aos objetivos deste empréstimo de 100 milhões de dólares que pretende o Governo do nosso Estado. Nebulosa porque os pontos essenciais de tal pretensão, não foram claramente elucidados. Quando perguntávamos ao ilustre Secretário, qual seria o plano de aplicação desta vultosa soma, Sua Excelência não nos soube responder, prometendo enviar a esta Assembléia um Plano de Aplicação detabalhada.

Queríamos examinar essa pretensão do Estado com um plano de aplicação a nível de projeto, para que esta Assembléia pudesse, no futuro, estabelecer uma aplicação correta sobre as aplicações e os gastos desse dinheiro.

Foi nebulosa ainda a explanação de Sua Excelência, porque, quando interpelado, na iminência que estamos de uma desvalorização cambial, qual seria o posicionamento do Estado, Sua Excelência titubeou na resposta.

Nebulosa ainda quando aos dados fornecidos na Mensagem enviada a esta Casa, no que diz respeito ao total da dívida externa do Estado. Sua Excelência apresentou um dado de 309 milhões de cruzeiros, quando, na realidade, esta importância é bem mais acima dessa afirmativa. E alega Sua Excelência que o seu Assessoramento Técnico, sua Secretaria, só lida com o principal. Mas, deve lembrar-se Sua Excelência que o Tesouro do Estado deve preocupar-se com o geral.

Nebulosa ainda, ilustre Deputado, quando foi interpelado se esse dinheiro não seria uma suplementação orçamentária. Sua Excelência, o Sr. Secretário respondeu, mas respondeu titubeante. Não deixou clara a posição do Estado frente a esta indagação.

Nebulosa ainda, ilustre Deputado, porque, no ponto que Vossa Excelência tocou, que é a eleição de prioridades para a aplicação de recursos do Estado, aliada à necessidade deste empréstimo com correção cambial.

Ficou nebulosa ainda, porque não soube nos responder, o Sr. Secretário dos Negócios deste Estado, quando foi inquirido sobre quanto perde o Paraná, na troca entre investimento, no que sai e no que entra ao Estado, no que diz respeito a sua poupança. Não soube responder, alegando que não tinha dados momentâneos para responder.

Então fica aqui bem claro, quero me aliar a Vossa Excelência não só pelo brilhantismo de sua explanação, como também pela convicção própria minha, da não necessidade deste empréstimo externo, com correção cambial, para o Estado do Paraná. Quando se poderia a um custo mais baixo, e sem correr os riscos inerentes de tal operação, pudéssemos lançar de recursos próprios, fazer valer a representatividade política do Paraná, no contexto nacional — se é que a tem —, se é que o Governo deste Estado tem representatividade política na Nação, deveria pressionar os organismos financeiros deste País, para não levar o Paraná a cometer os mesmos erros que o Brasil como um todo, está cometendo, nos teremos do endividamento externo.

Fica pois aqui, ilustre Deputado, esta minha posição, que confere com a posição de Vossa Excelência. E receba meus aplausos pelo trabalho que desenvolveu e quero louvar ainda a sua disposição em fazer tal trabalho, em desenvolver tal raciocínio, sabendo que a maioria governista está de plantão nesta Casa, hoje.

Obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Srs. Deputados cumpro minha obrigação. E acho que desse tipo de debate deverá surgir, pelo menos, um respeito maior para o Parlamento. Quando falo em Parlamento não falo em Oposição, falo em Parlamento como um todo.

E me parece que é do posicionamento dos Srs. Deputados, em relação às coisas que vem para cá, não devidamente instruídas, e que obrigará o Poder Executivo a respeitar mais, o Poder Legislativo. E, de passagem, até solicito, nesta oportunidade, porque o Sr. Secretário durante a sua palestra de ontem, na frente dos Srs. Deputados, prometeu que, hoje ainda passaria às mãos das Lideranças, da Liderança do Governo, passaria às mãos do Sr. Líder do Governo, cópia do Plano de Aplicação que, ainda no seu dizer, não me parece ser um plano secreto, deve estar à disposição dos Srs. Deputados — consulto, até, o Sr. Deputado Erondy Silvério, se já recebeu esse plano, conforme promessa do Sr. Secretário, além dos gráficos apresentados durante aquela palestra.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Deni Schwartz, peço aparte tão somente para reiterar, também junto com os outros Parlamentares, os meus votos de aplausos pelo trabalho que Vossa Excelência tem apresentado aqui na Casa, na tarde de hoje, inclusive um trabalho que permite com clareza e com dados concretos, aos Parlamentares, posicionarem-se com fidelidade, à sua consciência. Teria, apenas, para ressaltar em seu pronunciamento, o aspecto da filosofia que estaria por trás desse empréstimo, inclusive alertado por um estudo feito por economistas da Fundação Horta Pedrosa cujas conclusões desse estudo, da análise econômica do Brasil, num dos itens diz que, é intenção do Governo Federal transferir a dependência a que ele caiu através dos fabulosos empréstimos externos, transferir essa dependência também aos Estados, para vinculá-los, não só ele como também aos ditames do Fundo Monetário Internacional. E como bem disse Vossa Excelência, parece que não há muita clareza — e disse também o Deputado Trajano Bastos — o Secretário titubeava quando tentava responder certas questões, certas dúvidas levantadas por Parlamentares, parece que não há muita clareza na real necessidade desse empréstimo. E se não existe, ou, se existe como inclusive bem apontou Vossa Excelência, outras saídas que evitariam esse empréstimo, então quer me parecer que a coisa não nasceu aqui dentro do Paraná, que nasceu exatamente lá fora,

nasceu por orientação, até ponho suspeitas que nasceu sob orientação do Fundo Monetário Internacional, exatamente mostrando mais uma vez, a dependência endêmica em que arrastaram a nossa Nação em relação ao capitalismo internacional. Quer me parecer que, criar Estados ou atrelar os Estados que ainda gozam de certa independência, de relativa independência, aos interesses do capital internacional, seria um dos objetivos espúrios, escusos, escondidos, atrás desse empréstimo. Seria este o raciocínio que eu gostaria de adicionar, de reforçar porque me parece que, na sua exposição ficou praticamente implícito este aspecto sobre a filosofia do empréstimo que ora estamos discutindo, portanto mais uma vez reitero os meus aplausos pelo excelente trabalho, e lembro aqui o que Vossa Excelência já disse uma vez, lamentando, em parte a este Parlamentar, de que, infelizmente esta Casa não é séria no sentido de poder absorver esforço e trabalho de certos Parlamentares sérios que estão a fazer em suas casas, estão a fazer em seus Gabinetes e a trazer para este Plenário, porque a votação, nós já sabemos o resultado até matemático praticamente, e nada vai alterar. Em todo caso, o vosso esforço, o vosso empenho merecem pelo menos a consideração de nós os Parlamentares da Oposição e este Parlamentar que agradece ao mesmo tempo o aparte que recebeu.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradecendo o aparte do Deputado Gernote Kirinus, apenas diria o seguinte, que realmente a nossa preocupação é se nós estamos tomando soluções para a economia do nosso Estado as mais sérias ou as mais simples. Se a qualquer vento mais forte nós, pela capacidade que ainda temos de endividamento, nós não estamos correndo muito ligeiro à busca de recursos de fora, quando poderíamos gerar esses recursos aqui internamente? Parece que está mais cômodo pensar de como tirar nas melhores taxas e usar essa capacidade de endividamento lá fora, do que procurarmos soluções internas.

Aí é que fica a dúvida e procurando a solução mais simples, estamos de fato colocando, dando um aval à política nefasta do Sr. Delfim Neto. E de nada adiantará este Parlamento amanhã ou depois novamente, vir se pronunciar contra o Sr. Delfim Neto, porque de fato, ao referendarmos esse tipo de coisa, de fato estamos sendo no fim iguais. Concedo o aparte ao Deputado Antônio Facci.

O Sr. Antônio Facci — Nobre Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência me chama ao debate. Lendo parte de um parecer que emiti em 1979, quando buscava analisar se não me engano o orçamento plurianual de investimentos ou o orçamento geral do Estado para 80, não me recordo agora, devo naturalmente dizer, que permaneço com a preocupação da possibilidade de pagamento das dívidas externas e também internas. No entanto, preciso, nesta oportunidade, discordar de algumas colocações não apenas de Vossa Excelência mas, também, de alguns Deputados que o apartearam.

Primeiramente, a falta de esclarecimento a que Vossa Excelência faz menção não pode e não deve ser levantada. Ela precisa ser discutida. Mas, na verdade, o Governo do Estado do Paraná, o Poder Executivo, através do seu Secretário de Finanças, esteve na Comissão de Finanças nesta Casa durante toda uma manhã buscando elucidar a posição financeira do Estado do Paraná.

Mostrou o Sr. Secretário de Finanças com clareza que o nosso Estado tem com tranquilidade capacidade de endividamento. E nós que vivemos a vida pública há longos anos como Vossa Excelência também vive, sabe, que não apenas, quando se tem capacidade de endivida-

mento essa capacidade é analisada pelo Senado Federal. Mas, também, quando se diz que tem capacidade de endividamento é porque tem capacidade de pagamento.

Quanto à escolha da forma de encontrar esses recursos, concordo com Vossa Excelência. Talvez, esteja se procurando o caminho mais fácil, indo buscar o empréstimo ao invés de gerar o recurso. Mas, o que precisa ser lembrado nesta oportunidade, é que este empréstimo de 100 milhões de dólares é em busca do desenvolvimento de uma região que realmente clama por posicionamento energético e imediato no Estado do Paraná.

O PRÓ-RURAL, virá fazer com que, muitos outros recursos sejam gerados dentro do Estado. E a busca desse recurso há que se defender mesmo porque nobre Deputado, não se encaixa o posicionamento que ouvi de sua bancada, ao dizer que esse dinheiro seria utilizado, que esses recursos seriam utilizados politicamente.

Como politicamente, se vai este Governo, este período governamental, conseguir sacar apenas 10 milhões de dólares, ficando 90 milhões de dólares à disposição do próximo Governo e do próximo período governamental, que somados esses 90 milhões de dólares de saldo nos bancos internacionais positivos e aprovados, a outros saldos que ficarão também. O próximo período governamental terá então 118 milhões de dólares aprovados pelo Senado Federal e por esta Casa, se aprovada esta Mensagem, à disposição do próximo Governo.

E há um outro esclarecimento: se é verdade que se coloca com isto um plano internacional do capitalismo selvagem como foi chamado pelo nobre Deputado Darcy Deitos, forçando o Brasil a buscar esses recursos porque nós fazemos parte do próprio capitalista de Governo, como é que se explica a corrida da Polônia, um país socialista, procurando e pedindo para entrar no Fundo Monetário Internacional para sair do caos econômico em que se encontra?

Portanto, nobre Deputado, as colocações e as dificuldades de ordem econômica que nós passamos é verdade, e a eleição de determinados objetivos podem e devem ser discutidos. Mas atrelar-se a nossa posição a imposição de organismos internacionais é o mesmo que não conhecer a História, ou é o mesmo que não querer analisar a coisa como um todo.

As taxas de juros que nós estamos hoje, o empréstimo que estamos hoje buscando no Exterior, elas são, hoje nós estamos com o mercado em baixa de juros internacionais. Quando toda a Bancada do MDB nos empréstimos passados, da legislatura passada aprovou as mensagens de empréstimo e este Deputado também votou fazendo as ressalvas que Vossa Excelência acaba de ler, quando o mercado internacional de juro e serviços estava em alta, portanto dificultando muito mais a previsão de pagamento.

Portanto, Deputado Deni Schwartz, a chamada que Vossa Excelência fez para que eu entrasse no debate, aceitei, porque entendo que não apenas o Estado do Paraná, como Brasil, mas como os municípios paranaenses dirigidos por prefeitos de sua legenda partidária estão em busca de recursos para desenvolver as suas comunidades e estão em busca de empréstimos talvez, e talvez não, tenho certeza, por falta de uma reforma tributária que é necessária.

É a estrutura que nós precisamos mudar, é verdade. A crítica vale. O debate é mais importante, mas que a desatenção levantada pelo Deputado Gernote Kirinus não seja generalizada, porque estamos atentos ao debate como estivemos atentos a visita do Sr. Secretário. Como estamos atentos ao debate e as colocações que Vossas

Excelências estão fazendo, porque usarei a tribuna na discussão do orçamento, para posicionar esta Bancada.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Facci, Vossa Excelência trouxe ao debate exatamente o exemplo daquilo que nós não queremos que ocorra com o Paraná e com o Brasil. Se a Polônia hoje está correndo ao mercado internacional, ao Fundo Monetário Internacional...

O Sr. Antônio Facci — É um país socialista. A colocação foi apenas para fazer a demonstração que não é apenas um problema do mundo capitalista.

O SR. DENI SCHWARTZ — Quanto ao capitalismo selvagem a autoria deste termo não pertence ao nobre Deputado Darcy Deitos, e a palavra capitalismo selvagem foi trazida à tona pela primeira vez neste Brasil, por um ex-Ministro da Fazenda, Sr. Carlos Rischbieter.

Mas a Polônia é indiscutivelmente o exemplo vivo do que poderá ocorrer ou já está ocorrendo a nível de Brasil, e está aí a recessão imposta pelo Fundo Monetário Internacional, poderá ocorrer a nível estadual e é por isto que estamos aqui a debater.

Além disso, Sr. Deputado, Vossa Excelência disse que quando se discutia e que estávamos a discutir o PRÓ-RURAL, é bom que digamos que o PRÓ-RURAL já está aprovado e em vias de negociação. Estamos aqui, neste momento, com outro tipo de financiamento. É por isto que estamos achando que o Governo está procurando o caminho mais fácil, o caminho mais simples, sem repensar no Paraná. Nisto acho que Vossa Excelência está comigo. Há necessidade que todo o paranaense, através de seus parlamentares, comece a pensar no Estado, até para estabelecer as prioridades.

Fala-se muito no enriquecimento de nosso Estado, mas tenho aqui um quadro retirado da prestação de contas dos últimos anos, feita através do Tribunal de Contas. Dados alarmantes estão neste quadro, porque enquanto nos jomais de anteontem víamos que em função do prejuízo do BADEP, houve uma alteração no seu capital para absorver os prejuízos, lá no BADEP temos 99,9% do capital, enquanto isto ocorre, na TELEPAR que custou o sangue do povo paranaense na década de 60 para puxar as linhas, — estamos reconhecendo aqui que em Governos que não nossos, quando a TELEPAR tinha dificuldades em estender as linhas ao longínquo Oeste, ao longínquo Norte, naquela época tínhamos quase 100% do capital da TELEPAR. Mas no momento em que à expansão da TELEPAR basta apenas para pedir um novo telefone instalado, neste momento, a participação em 31 de dezembro de 1979, a participação do Paraná na TELEPAR passou a ser apenas de 7,39%.

Enquanto a coisa era onerosa, tudo para o Paraná. No momento que passou a dar lucros, passou para a TELEBRÁS.

Vejamos como está indo a COPEL. Se em 77 participávamos com 87% do capital da COPEL, em 79 já estávamos apenas com 78%. Talvez amanhã tenhamos de lastimar que também a COPEL não pertença mais ao Paraná. Depois do esforço todo feito pelo povo paranaense, talvez amanhã a COPEL esteja para ser dirigida por este maldito General Costa Cavalcanti. Maldito para o Paraná! Não passa uma semana sem ele tripudiar sobre o povo paranaense.

E o que dizer da SANEPAR que já tem suas redes de água por aí a começar a dar lucro, nós que em 77 tínhamos 77%, passamos em 79 a termos apenas 64%.

E o que dizer do Banco do Estado? Aqui está a gravidade. O Banco do Estado chegou ao cúmulo de, em 31 de dezembro de 79, atingirmos participação do Estado

em apenas 50,44%. Bastava 1% que caísse e o Banco do Estado do Paraná não pertenceria mais ao Estado.

Isto tem que ser dito, sob pena de amanhã nos envergonharmos com o futuro deste Estado.

Agradeço a atenção dos Srs. Deputados. Deixo este brado de paranaense. Porque se não repensarmos neste Paraná, procurando os caminhos mais simples, os Srs. tenham certeza: nos envergonharemos perante as gerações futuras. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o projeto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 41 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Em votação o Projeto de Lei n.º 117/81.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, a Liderança do PMDB, neste instante, após a longa, profíqua, séria exposição, do vice-Líder da Bancada, o Deputado Deni Schwartz, que juntamente com outros companheiros, têm longamente analisado a questão, discutindo aspectos relacionados ao endividamento do Estado, e que participaram ativamente de um trabalho, com o objetivo de analisar, tanto o empréstimo como o próprio Orçamento, para 1982, deseja neste instante, dizer que, nós não temos mais dúvidas que o Brasil, hoje, está sendo administrado por sua dívida externa.

O desafio pode ficar, porque o fazemos com toda certeza, franqueza e força. O nosso País está sendo administrado pela dívida externa.

Portanto, são os interesses forâneos que determinam as coisas que devam acontecer no País, por via de consequência, da empresa privada para o município, passando pelo Estado e chegando à Nação, as determinantes hoje são outras e as decisões são tomadas a onze mil quilômetros daqui.

Por estas e outras razões, quando chegamos e vemos mais um empréstimo de cem milhões de dólares, mas, ao mesmo tempo nos surpreendemos: um Governo de Estado que, em 1981, fez uma dotação orçamentária à Governadoria, a título de Comunicação Social, de 171 milhões de cruzeiros. E, de maneira surpreendente, passa a jogar, na mesma conta de Comunicação Social, 675 milhões de cruzeiros. Portanto, a dotação que mais se multiplicou. Passamos a duvidar das sérias intenções de quem coloca o homem como a principal meta, ao menos na televisão, utilizando a verba de comunicação.

Sr. Presidente, neste instante, diante de vários aspectos que voltaremos a tratar no dia de amanhã, a Liderança do PMDB deixa a questão aberta à Bancada. Mas, coloca com muita clareza de que, efetivamente, o País está, a cada dia que passa, se atolando mais, num débito, numa dívida, que qual bola de neve, ninguém mais consegue segurar. E o próprio sistema capitalista internacional, que tem aqui os seus grandes aliados, os seus agentes, começando com o grupo militar que está no poder, com

os tecnocratas e muitos políticos que lhe dão apoio, precisam ter este alerta histórico de que, nenhum país, como nenhuma família, nenhum cidadão, resolve a sua situação de empréstimo em empréstimo, porque, brevemente capitulará na sua independência política, na sua independência econômica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há dúvida de que estamos sendo, hoje, gerenciados, administrados, por uma dívida externa. E aí vem o FMI que consegue, embora o Governo negue, ter direcionado totalmente nossa economia, desde o fim do ano passado, aplicar uma política recessiva, e aí ao sistema interessa: empréstimos às prefeituras, às empresas privadas, empresas estatais, dos Estados, da própria Nação. Porque, é preciso que entre dólares para entrar até para pagar o que já está em bola de neve, insuportável.

Vejamos o exemplo típico e voltaremos ao assunto: as para-estatais que já estão, na verdade, sufocadas, pela sua situação de endividamento sobre endividamento. Além disso, os cortes que estão existindo, nos orçamentos, para todas as empresas estatais. E muitas não conseguem nem pagar seus débitos.

Qual é o objetivo disso?

É para que aquelas empresas públicas que foram, nos últimos anos, os grandes instrumentos de captação da poupança externa, via dólar, qual será o caminho? A capitação de empresas estatais. E logo, logo, diante do seu débito, diante do sobre-endividamento, diante dos cortes que existem nos orçamentos dessas empresas, e diante da quebra de receita, capitularão. E mais uma vez, empresas estatais cairão nas mãos de grupos estrangeiros, de multinacionais.

Não podemos, Sr. Presidente, ser instrumentos desta situação que, a cada dia mais atropela os destinos deste País, porque as decisões não são tomadas por brasileiros.

A questão é aberta. Mas, precisávamos deste registro, porque, amanhã, voltaremos ao assunto, Sr. Presidente.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em votação. — Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

29 Srs. Deputados aprovam; 11 Srs. Deputados rejeitam. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 81/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 82/81, (Mens. Govern. n.º 88/81), que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com o Município de Umuarama, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial do citado município. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/81, oriundo de parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 83/81, (Mens. Govern. n.º 89/81), que aprova

o termo de ajuste ao convênio SISNIC n.º 1/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Indústria e do Comércio que objetiva estabelecer bases de cooperação para implantação do Projeto "Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Micro-Empresas Comerciais do Paraná. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 83/81, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 84/81, (Mens. Govern. n.º 93/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Cultura e do Esporte, e o Município de Assis Chateaubriand que objetiva a construção de Módulo Esportivo no referido município. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/81, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 85/81, (Mens. Govern. n.º 94/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio e os Municípios de Apucarana e Tapejara, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 87/81, a requerimento de 07/10/81, de autoria do Deputado LINEU MANSANI TURRA, através do qual apresenta denúncia por crime de responsabilidade contra os Senhores Governador do Estado, Secretário de Estado da Educação e Secretário de Estado da Segurança Pública conforme os fatos que relata na proposição. Com parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 87/81

O ilustre Deputado Lineu Turra, depois de alongar-se na descrição de fatos relacionados com a greve dos professores da rede estadual de ensino, ocorrida durante o mês de setembro e parte do mês de outubro do corrente ano, apresenta denúncia, por crime de responsabilidade, contra o Excelentíssimo Senhor Governador e seus Secretários da Educação e da Segurança Pública, nos termos da Lei n.º 1079, de 10 de abril de 1950.

Alega o denunciante que as supra indicadas autoridades infringiram os Arts. 7.º, inciso 5, e 9.º, incisos 1 e 7, da Lei n.º 1079, além de outras garantias constitucionais dos cidadãos no gozo de tal amparo.

Apresenta um rol de testemunhas constituído por dois nobres Deputados Estaduais, de jornalistas e professores.

Junta, ainda, laudo de exame de lesões corporais procedidos em pessoas supostamente partícipes daquele movimento paredista.

Não obstante a regra do Art. 162, da Carta Federal, proibitória da greve nos serviços públicos, o Poder Executivo, como prova da elevação de propósitos, no encaminhamento do impasse, decretou o recesso escolar e, com essa medida, excluiu o componente ilegal da atuação dos professores. Em outras palavras, o Executivo evitou inclusive a violência do preceito constitucional, perante cuja clareza muitos amargariam consequências danosas.

Atribuir ao Governo o uso da violência física contra professores é, positivamente, torcer os fatos. Ao contrário, as forças de segurança se houveram de forma digna, demonstrando o alto grau de profissionalização consciente da nossa gloriosa Polícia Militar. Tanto que a

unanimidade da opinião pública louvou a ação cavalheiresca dos policiais, no episódio, em contraste, aliás, com a forma de agir, nesses casos, das polícias dos países desenvolvidos.

A intermediação dos Senhores Bispos da Arquidiocese de Curitiba, com efeito, confirma a atitude tolerante do Governo com relação aos manifestantes que, em várias ocasiões, se excederam nos protestos, perturbando a ordem e o tráfego de vias públicas.

Subjetivamente, a denúncia inverte a ordem natural dos acontecimentos testemunhados por toda a população do Estado, e o espírito de facção partidária lhe retira qualquer teor de credibilidade.

Por essa razão, não merece acolhida a inicial do ilustre Deputado Lineu Turra, até porque as autoridades nominadas na denúncia saíram fortalecidas do triste episódio, segundo a unânime opinião até dos integrantes do magistério.

O parecer é pela improcedência da denúncia e consequente arquivamento.

Sala das Comissões, em 04 de novembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

GABRIEL SAMPAIO — Relator.

Em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este Deputado, em data de 07 de outubro de 1981, apresentou perante a Mesa Executiva desta Casa, uma denúncia por crime de responsabilidade, contra o Sr. Governador do Estado, General Ney Aminthas de Barros Braga, e Sr. Secretário de Estado da Educação, doutor Édison Machado de Souza, e Sr. Secretário de Segurança Pública, Sr. Coronel Haroldo Ferreira Dias.

Os fatos que embasaram esta denúncia, Sr. Presidente, estão aos olhos do Paraná e se constituem não só no que diz respeito ao comportamento dessas autoridades, em primeiro lugar do Sr. Governador do Estado e do Sr. Secretário da Educação, quanto ao tratamento irresponsável que vinham dando ao problema da Educação e no relacionamento com a classe do Magistério Público, e, esse tratamento desprimoroso, esse tratamento não condizente com a responsabilidade do cargo que exercem fez que com eclodisse neste Estado, uma greve do Magistério, prejudicando gravemente os interesses da Educação e também causando prejuízos ao Estado do Paraná, porque, quando se propôs, a classe do Magistério, a interromper as aulas em razão de não estar sendo remunerada condignamente e de acordo com o que estabelece a Constituição do Estado, desde logo competia, a essas autoridades, prevenirem o fato, que, logo em seguida se desencadeou. Mas, não! Deixaram que acontecesse, omitiram-se no cumprimento das suas responsabilidades de dotar, em primeiro lugar, a educação, de estruturas, de condições estruturais para o seu desempenho, e também, de cumprir o preceito constitucional previsto no Artigo 138, Inciso 9, da Constituição Estadual, que determina remuneração condigna aos professores, e, através de programas de televisão regiam-se pagos, através da imprensa, através do rádio, procurou-se ainda através dessas autoridades que compareceram freqüentemente aos programas colocar em conflito a classe do magistério com a população, os professores contra os alunos e contra os pais de alunos e ao final, incompatibilizar toda a classe do magistério com a opinião pública. Porque dispunha o Governo e o Sr. Governador e o Sr. Secretário de Segurança dos meios de comunicação pagos com o erário

público para distorcer os fatos, para colocar a reivindicação do magistério público como uma reivindicação sem procedência. Quando nesta Casa, os próprios Deputados do PDS reconheciam que a reivindicação dos professores eram justas.

Mas, segue-se daí. E porque também, o Sr. Governador do Estado deixou de cumprir o artigo 9, deixou de cumprir o que determina a Lei Complementar número 7 em expedir o decreto de regulamentação no prazo do artigo 125 dessa lei. Praticou o crime previsto no artigo 9, incisos 1 e 7 da Lei Federal 1079 que diz: "omitir ou retardar dolosamente a publicação das leis e resoluções do Poder Legislativo ou dos atos do Poder Executivo". E, o decreto de regulamentação que determinava o artigo 125 da Lei Complementar votada por esta Casa, cumpria o Sr. Governador fazê-lo através de decreto e ele não o fez, com o propósito exatamente de criar um impasse com o magistério.

E, dessa forma, com o comportamento que tiveram as autoridades, o Sr. Governador e o Secretário de Segurança, em conduzindo o problema do magistério de uma forma que nós diríamos até, prejudicial aos interesses do Paraná e indiferentes a um problema seriíssimo, nós diríamos que procederam de modo incompatível com a dignidade do cargo. Porque — o homem que ocupa um cargo público, tem a obrigação de desempenhá-lo com a consciência de que está fazendo com eficiência, pelo menos procurando desempenhá-lo com eficiência. E aí o Sr. Governador do Estado e o Sr. Secretário de Segurança tomaram público de que havia uma intenção manifesta de não atender à classe do magistério, simplesmente por uma questão de birra, por uma questão de criar um impasse que foi criado, com um prejuízo ao Estado e aos próprios estudantes, ao problema da educação.

Também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a nossa denúncia se fundamenta no fato de o Sr. Governador em conexão com o Sr. Secretário da Segurança Pública, usou da força pública para impedir que a classe do magistério pacificamente na consonância com o artigo 153, § 27 da Constituição Federal, se reunisse em Praça Pública e até mais do que isso, agiu de uma forma vexatória contra a classe. Porque, usando dessa mesma força, fez com que, mulheres e crianças se acantonassem num local da via pública, exatamente como pretexto para que depois pudesse usar dessa mesma força policial, e retirá-los dali porque estariam prejudicando o tráfego de veículos, ou interrompendo a via pública.

Isso é o que nós podemos deduzir e é o que fica claro no comportamento dessas duas autoridades. O Senhor Secretário da Segurança Pública que determinou a violência policial contra professores, contra homens e mulheres, crianças e até pessoas enfermas, senhoras grávidas, praticou ato de barbarismo, através da força policial.

E aqui diz o artigo 7.º, inciso 5, da lei 1079, servir-se da autoridade sob sua subordinação imediata para praticar abuso de poder o que está perfeitamente caracterizado na ação do Governo, tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão.

Competia ao Sr. Secretário de Segurança, se é que não teria sido o autor, o mandante dessa ordem...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Proposição n.º 87/81. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência chamada nominal, e tendo em vista que a Constituição do Estado determina que o recebimento dessa denúncia que se transformará numa sentença de pronúncia se esta Casa tiver a altivez de pronunciar os réus, que seja feito por dois terços desta Casa e eu acredito que seja.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, como está em processo de votação, Vossa Excelência admitiu o processo de votação, peço a palavra antes da chamada nominal para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Tem a palavra o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Vossa Excelência encerrou o processo de discussão. Encerrado também o de encaminhamento. Vossa Excelência procedeu o atendimento ao pedido de verificação de votação, aí é que o Deputado Lineu Turra solicitou a chamada nominal. Porque a chamada nominal precede a qualquer verificação.

Portanto a fase, o processo de discussão está encerrado. O encaminhamento igualmente. Tão somente o Deputado Lineu Turra após o pedido de verificação de votação é que solicitou a chamada nominal. Pela preferência que tem esta sobre aquela é que Vossa Excelência há que deferir, tão somente a chamada nominal e após proceder a votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita ao nobre Deputado Erondy Silvério, que aguarde a solução da questão de ordem levantada pelo Deputado Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — De acordo com o Regimento Interno não há impedimento no encaminhamento de votação, portanto a Mesa concede a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério para encaminhar a votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência mais uma vez demonstrou...

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Solicito de Vossa Excelência, com a devida vênio do eminente Líder Erondy Silvério, que Vossa Excelência afirmasse qual o artigo que está baseada esta sua decisão. Ou se esta é uma decisão de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o Regimento Interno é omissivo neste sentido, portanto está com a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência mais uma vez demonstra a alta qualificação que tem para as elevadas funções que exerce para a Presidência deste Poder. Vossa Excelência, antes de confirmar a palavra ao Líder da Maioria, do Governo, nesta Casa, Vossa Excelência teve o cuidado de compulsar o Regimento Interno, para ter certeza íntima de que não o estava transgredindo. Isto demonstra o equilíbrio de Vossa Excelência.

Ouvimos atentamente a “lenga-lenga” do nobre Deputado Lineu Turra no encaminhamento de votação. E era de tamanha pobreza a sua argumentação, tão triste a sua posição, que não nos atrevemos a ocupar a tribuna. Só o fazemos, Sr. Presidente, quando ele pré-qualifica de réu o Sr. Governador do Estado.

Não queremos nem lembrar o que o jornalista do “Diário do Paraná” disse a respeito de sua posição, comparando-a a “titica de galinha”. Não queremos nem lembrar disto. Queremos apenas lembrar que na cena política, os papéis atribuídos tanto ao Governo como à Oposição, são de igual responsabilidade. É do equilíbrio e de encontro entre posturas conflitantes que se encontra um denominador comum, que presume-se, deva orientar a administração da coisa pública.

Tem se visto a seriedade com que o Governo desempenha a sua missão. Ninguém pode negar isto. Mas não se tem exemplo de grande seriedade na Oposição, quando acolhe e quer insistir na infantilidade. Lamento ter que usar estas expressões...

O SR. LINEU TURRA — Não tive o comportamento desprimoroso com o Deputado nem com os denunciados, não usei deste tratamento...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas os pré-qualificou de réus...

O SR. LINEU TURRA — Mas réus é uma palavra jurídica, técnica. Vossa Excelência então está por fora. Usei o recurso de caráter popular.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Ora, o que que é isto?

O longo trabalho de datilografia do nobre Deputado Lineu Turra, que hoje apreciamos, caracteriza muito bem o que afirmamos. Presumindo que a Oposição deva buscar o bem comum e primar por pontos de vista coerentes com o pensamento da comunidade, o requerimento em discussão pode ser encaminhado como piada, como brincadeira de mau gosto. Ou, na melhor hipótese, como perfeita, excelente e magistral perda de tempo deste Parlamento.

Os objetivos demagógicos da Oposição de agradar ao magistério público, na época em que se desenvolvia movimento reivindicatório de melhores salários — foram cumpridos mas com pouca inteligência.

Porque essa proposição foi inócua e impertinente e em nada beneficiou aqueles que, com justiça reivindicavam perante o Poder Público. E eu digo, com justiça, porque, por mais absurda que seja uma reivindicação salarial, sempre é de justiça dos reivindicantes. Que, como representante da sociedade, o Poder Público atendeu na medida do possível e do viável aquelas reivindicações, transcorrendo as negociações, como ficou fartamente comprovado, num clima de mútuo respeito, havendo conflitos a lamentar apenas no surgimento de elementos agitadores e como ficou provado, principalmente, alheios aos quadros do magistério. Mas por coincidência relacionados no trabalho do nobre Deputado Lineu Turra.

Tanto aquela lamentável passagem, acontecida defronte ao Palácio Iguaçu, quanto a atual proposição que pede “impeachment” para o Governador do Estado, tem muito em comum e de semelhantes.

Seu único objetivo é tumultuar, é mistificar a opinião pública e sob nenhum aspecto pretendem um bem para o Estado do Paraná, e nem para o povo do Paraná.

Como o tema nem merece o tempo desperdiçado; nem o tempo e nem o nosso fôlego que hoje já merece ser economizado para assuntos mais sérios, como amanhã, por exemplo, debates à Proposta Orçamentária do Estado, esta sim, seriíssima. E nós ouvimos ontem, atentamente o Deputado Darcy Deitos, da Oposição, que discutiu um assunto que realmente diz respeito ao bem-estar da gente paranaense. Agora, com esta proposição, nem podemos perder nosso tempo e o tempo deste Plenário. Mas cada um só pode dar o que tem e nós estamos num colegiado heterogêneo.

Mas, dentro dessa aceitação à demagogia eleitoreira, e em respeito ao que fica registrado nos Anais Históricos deste legislativo, para a posteridade que merece o mais amplo respeito, só temos a comentar perante os nobres Pares e principalmente perante o autor da proposição, uma expressão tão comum, concisa, bilingue, e que resume perfeitamente nosso pensamento:

— Brincadeira tem “o'clock!”;

— Brincadeira tem hora.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, requerida pelo nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, da mesma forma em que o líder da maioria utilizou-se do expediente e concedido por Vossa Excelência, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, na verdade, temos neste País um conjunto de leis, mas algumas se destacam por caracterizar um processo delituoso aqui e acolá, como por exemplo a Lei Federal, 1079, que prevê em seu inciso 5.º, do artigo 7.º: — “servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata, para praticar abuso de poder, ou tolerar que as autoridades o pratiquem sem repressão;” e, inciso 9.º: “Violar patentemente qualquer direito ou garantia individual, constante do artigo 141”, hoje, 153. E bem assim os direitos sociais, assegurados no Artigo 157, hoje, 165, da Constituição. Na verdade, podem levar a autoridade maior a ser enquadrada na responsabilidade e nos termos que o Deputado Lineu Turra evidenciou.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se há o dispositivo legal que prevê. E que, portanto, assegura a qualquer cidadão, diante deste quadro, tendo poder para tanto, tendo legitimidade processual, para requer o “impeachment” não de Governador, mas de qualquer autoridade, desde que enquadrada nas exigências legais.

E o que fez o Deputado Lineu Turra? Não simplesmente promoveu uma brincadeira. Fundamentou seu pedi-

do no noticiário da imprensa, em fotografias estampadas nos jornais do Paraná, onde aparecem, vivamente, agressões sofridas. Como se isso não bastasse, também foram trazidos aos autos, atestados médicos provando lesões corporais. Indispensável, portanto, aqui referir-se ao grau dessas lesões.

Portanto, ficamos surpresos quando o Líder da Maioria chama de brincadeira inóqua, ineficiente, de perda de tempo. Mas, também vai para a tribuna — fica minutos e minutos, fazendo a sua defesa, a sua alegação daquilo que, há pouco, chamara de inóquo, de brincadeira.

Mas, há um sentido na proposta do Deputado Lineu Turra e que é, ao menos, um objetivo, de colocar nossas autoridades mais à consciência de suas responsabilidades. Porque, quando temos patente o dispositivo que diz que “violiar patentemente qualquer direito ou garantia individual, e bem assim os direitos sociais assegurados, é cabível. Se vai ou não vingar, se vai ou não ser concretizado, é outra história.

Mas, se tivéssemos, ao longo destes anos, neste País, pedidos de “impeachment” em cima de arbitrariedades, de transgressões aos direitos constitucionais, de ferimentos que foram causados na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, que o Brasil subscreveu, tenho certeza que esta Nação, este País, não teria passado por arbitrariedades, por violências, pela noite escura em que tivemos, durante tantos anos, sob a cobertura passível de muitos homens públicos, e sob a omissão clara de setores do Poder Judiciário.

Por isso, há que ressaltar, aqui, o direito que tem o Deputado de promover isso, não no sentido de brincadeira, mas até para alertar que dispositivos existem para incriminar quem, de maneira direta, ou indireta, pessoa ou através de seu preposto, venham a fazer agressões como comprovam laudos médicos que constam dos autos deste pedido.

Por essa razão, Sr. Presidente, o que mais poderíamos alegar aqui? Feriu-se o direito de reunião dos professores. Houve, na verdade, também, um atropelo ao preceito constitucional que obriga a remuneração condigna aos professores, bem como outros dispositivos, como o próprio Estatuto do Magistério, que já deveria ter sido regulamentado adequadamente, e o Governo não o fez, não cumpriu portanto, dispositivos constitucionais, e, quem não cumpre dispositivos constitucionais, está sujeito a pedido de “impeachment”. Não nos interessa aqui, destacar a graduação, a importância deste ou daquele episódio, mas, há uma verdade clara: o Deputado Lineu Turra tinha, a lhe assistir, o direito de fazer o que fez, e, pela maneira como elaborou o trabalho me parece que não tem nada de inócuo, de brincadeira, basta ler esta peça jurídica que consta deste processo, basta ver o trabalho de fôlego que aqui existe. Agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que, neste País nós estamos habituados a ver o atropelar-se da lei, o derrocar-se da Constituição, o de ferir direitos assegurados e nada acontece. Se Deputados, se brasileiros nós tivéssemos, em todos os quadrantes, como Lineu Turra, para promover a anti-arbitrariedade de um simples Delegado, Secretário, Prefeito, Governador ou Presidente da República, brasileiros corajosos que tomassem as medidas que tomou o Deputado Lineu Turra, por certo este País não teria passado pelo que passou e nem estaria passando pelo que presentemente passa. Isto há que ficar claro, porque a lei existe, porque, chamar de brincadeira inóqua é chamar a Constituição de uma coisa, de brincadeira inóqua, é chamar os direitos assegurados nela, do cidadão brasileiro, e, acima de tudo, é

uma atribuição de um Deputado, portanto, a qualquer instante, acionar os dispositivos que existem para resguardar os direitos de um cidadão brasileiro, não pessoais aqui no caso, mas, direitos de toda uma coletividade, de professores, como foi o caso do movimento do Magistério do Paraná.

Concluo portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, lamentando que se queira superficializar as coisas, nesta Casa, porque nós temos certeza que, quando o Deputado Lineu Turra encaminhou esse pedido — e como seria bom que todos os Deputados lessem na íntegra o que aqui consta, porque então às vezes até alguns Deputados não fariam algumas coisas que ocorrem nesta e em outras Casas parlamentares!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Início, ocupando-me da conclusão do pronunciamento do nobre Deputado Nelson Friedrich, quando Sua Excelência sugere a leitura da peça indicial oferecida à apreciação da Comissão de Justiça desta Casa, depois de sua apresentação a este Plenário. E nós falamos à vontade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque lemos a formulação da denúncia e porque a Comissão de Constituição e Justiça deste Poder, por unanimidade rejeitou a proposta do ilustre Deputado Lineu Turra. Mesmo que reconheçamos o direito do Parlamentar de se manifestar de acordo com o arbítrio de sua vontade, sujeito, subordinado aos impulsos das suas decisões pessoais, não é possível entender como cabível a denúncia formulada pelo Deputado Lineu Turra, especialmente por quem como nós e outros Parlamentares, por quem acompanhou toda a negociação entre o Governo e os professores. Mas o Sr. Deputado Lineu Turra cometeu uma injustiça na sua denúncia, perpetrando outra, hoje, ao fazer a defesa oral da sua manifestação, quando colocou em dúvida, da Tribuna desta Casa, a responsabilidade do Governo ao momento de encaminhar as negociações com a classe do Magistério do Paraná. Que maiores responsabilidades pretenderia o ilustre Parlamentar, do que aquela de franquear as portas da Secretaria de Estado da Educação, de franquear as portas da Casa Civil do Governo do Estado, para que as comissões do magistério ali comparessem e discutissem liberalmente todas as suas reivindicações? Que responsabilidade maior esperava o ilustre Parlamentar por parte do Governo, que se dispôs a ir dialogar com os professores na sede das suas entidades? Que responsabilidade maior esperava o Deputado Lineu Turra por parte do Governo? Quando ele veio a esta Casa representado pelo Sr. Secretário de Estado e da Educação e por todos os Secretários da área econômico-financeira, para numa reunião memorável da Comissão de Educação desta Assembléia Legislativa para que todos discutíssemos; Secretários, Deputados, professores líderes do magistério.

Qual a dimensão de responsabilidade que esperava Vossa Excelência por parte do Governo? Qual a violência que Vossa Excelência localiza no procedimento do Governo no encaminhamento desta questão? O que diria então Vossa Excelência desta tribuna e quais argumentos utilizaria na sua formulação escrita se o Governo

simplesmente fechasse as suas portas e se recusasse a negociar com grevistas que estão impedidos de fazer greve por preceitos constitucionais?

Mas até nisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador foi altamente democrático, no momento em que orientou o Secretário da Educação para que decretasse o recesso escolar, porque o recesso escolar significa paralisação de aula. Logo, nem faltas, logo, nenhuma punição poderia ser aplicada aos nossos professores. Então, nós não entendemos como brincadeira a sua manifestação Deputado Lineu Turra. Mas, entendemos como uma monstruosidade perpetrada contra um Governo que agiu liberalmente neste episódio e como tem agido em outros episódios envolvendo reivindicações da classe do magistério do Paraná. Vossa Excelência perpetra uma monstruosidade sim, contra o diálogo franco e aberto que sempre foi conduzido com altivez, com dignidade, com respeito mútuo. Mesmo que em certa ocasião Deputado Lineu Turra, quando nós estávamos presentes a uma reunião do Governo do Estado com os professores, um dos líderes do magistério afirmasse "que esta é uma classe que não precisa e que quer prescindir dos Deputados para solução dos seus problemas". Mesmo que nós saibamos Deputado Lineu Turra, que em certa ocasião nas escadarias do Palácio do Governo, numa concentração dos professores do Paraná, um companheiro da Bancada de Vossa Excelência teve a unanimidade contrária, recebendo uma vaia de todos os mestres naquela ocasião.

Mesmo que nós saibamos de tudo isso, mesmo que imaginemos que Vossa Excelência também saiba de tudo isso, ainda Vossa Excelência tem realmente o desplante de praticar esta monstruosidade pretendendo a decretação do impedimento do Governador e de Secretários de Estado.

E eu me pergunto e confesso que me sinto incapaz para dar a resposta, o que estaria movendo Vossa Excelência no momento de apresentar um requerimento? O que estaria movendo Vossa Excelência no momento de formalizar uma denúncia solicitando o impedimento do Governador e dos Secretários de Estado?

O SR. LINEU TURRA — A Lei e o crime Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Só posso entender dada a sua resposta que nada mais Vossa Excelência procurou do que o sensacionalismo gracioso, barato, aí sim, irresponsável para obter fins eleitorais e para que com fins eleitorais alcançasse os seus objetivos. Porque não há outra razão para que se possa realmente dizer que Vossa Excelência tem razão.

Vossa Excelência talvez deixou de localizar a maior de todas as culpas no desdobramento desse episódio quando em fala em repressão policial, que foi a própria liberalidade da Secretaria da Segurança Pública ao permitir que este espaço do Centro Cívico fosse ocupado por grevistas, que mais tarde ficou constatado, nem todos eram grevistas.

E a denúncia foi feita aqui desta tribuna pelos Deputados Erondy Silvério e Quielso Crisóstomo da Silva. Muitos daqueles que estavam sendo carregados pela polícia e se o foram carregados foi porque se recusaram a sair pacificamente, muitos daqueles, Deputado Lineu Turra, eram figuras estranhas ao movimento reivindicatório. Eram os infiltrantes que estavam a serviço de objetivos escusos, estranhos à classe, infiltração que levou mais tarde Sua Excelência Reverendíssima, o Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto a reconhecer publicamente que é muito difícil num movimento como este controlar a presença daqueles que querem participar.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta mons-

truosidade que esta Casa aprecia, nesta hora, é um atentado contra todos os princípios que nortearam a negociação entre o Governo e os professores. É um atentado que violenta todos os princípios de liberdade que foram colocados a serviço do diálogo. É um atentado e ao mesmo tempo um estímulo para que se fechem os canais de comunicação entre as classes reivindicantes e aqueles que decidem.

E é por esta razão que nós aqui estamos para repelir frontalmente, conforme no seu brilhante parecer, já o fizera anteriormente o Deputado Luiz Gabriel Sampaio na Comissão de Constituição e Justiça. Para repelir frontalmente todos os argumentos que não são argumentos. E como disse Rui, num de seus momentos de rara inspiração, "a mentira é a razão de quem não tem razão".

Mas nós não podemos votar pela mentira, nós não podemos votar pela falta de bom senso. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Solicito do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados, requerido.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — 42 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Proposição n.º 87/81, queiram levantar-se.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Queria solicitar a Vossa Excelência, tendo em vista que sou o autor da denúncia, que não seja contado o meu voto na oportunidade em que forem colhidos os votos; porque naturalmente como autor da denúncia, estou impedido de votar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

10 Srs. Deputados aprovam, 30 rejeitam. —

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anésio de Almeida Leite. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Franz, ocorrido em Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Teófilo Vieira, ocorrido em Piraquara. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 37/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 192/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências no sentido de que o aluno João McArthur Silva Rebello, aluno do Ginásio

Estadual Parigot de Souza, de Inácio Martins, cursando a sétima série, possa dar continuidade a seus estudos naquele estabelecimento.

O SR. AIRTON CORDEIRO – (Pela ordem) Sr. Presidente, me penitenciando pela intromissão devida na discussão dessa matéria em votação, eu quero fazer a Vossa Excelência um apelo, no sentido de que comunique aos Srs. Parlamentares, que a Comissão de Justiça tem reunião a seguir, para deliberar sobre matérias de importância para a Casa, inclusive uma delas que deve retomar à Ordem do Dia de amanhã.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – A Mesa solicita aos Srs. Deputados integrantes da Comissão de Justiça, o comparecimento na reunião daquela Comissão, após a sessão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram se conservar como estão. – Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

10 Srs. Deputados aprovam; 5 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para prosseguimento da sessão. .

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 129/79, 128 e 129/81, e de Resolução n.ºs 76, 77, 78, 79 e 89/81.

2.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 12, 17, 117 e 110/81, e de Resolução n.ºs 81, 82, 83 e 84/81.

1.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 32/80 e 79/81 e de Resolução n.º 92/81.

Marcando ainda uma sessão Extraordinária para amanhã, dia 19, quinta-feira, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Resolução n.ºs 65, 66, 67, 70, 71 e 72/81.

Levanta-se a sessão.